

AS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO:

A realidade dxs estudantes trans no Brasil



Andreia L. Cantelli
Fernanda R. Pereira
Julia J. de Oliveira
Nicholas L. Tozo
Sayonara N. B. Nogueira



INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO
2019

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE)

AS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO:

**A REALIDADE DXS ESTUDANTES
TRANS NO BRASIL**

Andréia Lais Cantelli
Fernanda Ribeiro Pereira
Julia Jorge de Oliveira
Nicholas Lopes Tozo
Sayonara N. B. Nogueira

Realização:



Apoio:



Copyright 2019 por Andreia Laís Cantelli, Fernanda Ribeiro Pereira, Julia Jorge de Oliveira, Nicholas Lopes Tozo e Sayonara N. B. Nogueira

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citadas as fontes.

Brasil, 2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
I MONITORAMENTO.....	06
1.1. Transepistemicídio.....	06
1.2. As cotas trans.....	08
1.3. As/os professores/as trans no Brasil.....	11
1.3.1 O relato de estágio de um homem trans na Educação Infantil.....	13
1.3.2. Os Conservatórios Estaduais Mineiros.....	16
1.3.3. Transgêneros e Charges: uma análise da personagem Muriel da cartunista Laerte Coutinho.....	19
II A REALIDADE DAS/OS ESTUDANTES TRANS NO BRASIL.....	27
III - PALAVRAS FINAIS, UM DIÁLOGO SOBRE AS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO.....	45

APRESENTAÇÃO

O Brasil comemora no dia 29 de janeiro, o Dia Nacional da Visibilidade Trans, data que marca a luta pelos direitos humanos e respeito à identidade de gênero e em busca do direito à vida sem preconceito e discriminação. O dia é celebrado desde 2004, quando o Ministério da Saúde e entidades da sociedade civil lançaram a campanha “Travesti e Respeito”, em reconhecimento à dignidade dessa população.

Esta data também foi escolhida para o lançamento desta pesquisa, que retrata a situação das/os estudantes trans no país, uma vez que nossa população ainda apresenta uma grande dificuldade no acesso à educação e ao trabalho, bem como sofre com os diversos tipos de violência, além do desrespeito a sua identidade de gênero.

A desigualdade e preconceito é algo habitual na vida das pessoas trans, sobretudo, em ambientes como a escola e a universidade, que refletem uma enorme intolerância a estas pessoas, levando ao processo de exclusão, já que são privadas/os basicamente de todos os direitos constitucionais.

A Educação como Direito Social na Constituição Federal assinala no seu art. 6º, que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Já no art. 205: “A educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9393/96 traz também em suas diretrizes, **a inclusão, a valorização da diversidade**, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, assim como, a competência para o trabalho e a cidadania. Todavia, não é o que se observa na realidade destas pessoas quando estão inseridas no ambiente escolar.

Geralmente, as pessoas que rompem com as expectativas de comportamento de gênero, terminam enfrentado processos de discriminação e exclusão em sua trajetória escolar que prejudicam seu desempenho, quando não inviabilizam seu direito à educação. A experiência educacional das pessoas trans, principalmente, adolescentes e jovens, é apresentada em suas narrativas atravessadas por diferentes formas de agressão física, bullying, discriminação, isolamento, assédio moral e negligência, formas de violência que são praticadas não apenas por outros estudantes, todavia, também por professores, diretores e corpo administrativo da escola.

A obrigação constitucional do Estado, a partir de todos os seus agentes, é desenvolver ações para enfrentar discriminações que se ligam de diversos modos e ameaçam os direitos à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e à própria vida das pessoas trans. Diante de processos discriminatórios e violentos que transportam uma dimensão peculiar tão significativa, torna-se complexo imaginar estratégias integrais de enfrentamento que dispensem políticas educacionais.

A extensão do direito ao nome social publicado pela Portaria n. 33/2018 pelo Ministério da Educação foi um avanço muito importante, entretanto peca pelo fim em si mesmo. Exerce a função de conferir um direito elementar como a educação e o reconhecimento da identidade de gênero, porém o faz sem discutir a questão no ambiente escolar, que somente assim, garantiria a livre construção da identidade de gênero de maneira consciente e da própria sexualidade.

Nesta pesquisa, não é uma surpresa reconhecer ocorrências em que pedagogxs, professorxs e gestorxs de escola ocultam ou atenuam discriminações, culpabilizando as vítimas. A desistência de pessoas trans em concluir os estudos é uma realidade no país e a portaria do nome social não tem capacidade de alterar esse dado, uma vez que para os menores de 18 anos ainda se faz necessário a autorização dos pais para que se alcance o direito ao nome.

A forma como a gestão escolar, xs educadorxs e outrxs studentxs lidam com a população trans é categórica para a trajetória dessa parte da população, já que sempre afirmam que a escola é o não-lugar dessas pessoas. O caminho a ser percorrido ainda é extenso, e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), se coloca neste caminho, promovendo uma maior sensibilidade e abertura de ideias no campo da educação, pois há que se esperar que ele pode ser percorrido.

Instituto Brasileiro Trans de Educação

Andréia Lais Cantelli

Fernanda Ribeiro Pereira

Julia Jorge de Oliveira

Nicholas Lopes Tozo

Sayonara N. B. Nogueira

I MONITORAMENTO

Sayonara N. B. Nogueira

Vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação

Dentro do processo de produção de conhecimento, o IBTE com todas as parcerias educacionais desenvolvidas busca organizar uma grade de monitoramento de violência contra pessoas travestis, homens e mulheres transexuais em todos os níveis dos processos de educação. A nossa grande característica é promover as discussões de pesquisa, produção de conhecimento e todas as demandas que envolvem processos de educação, bem como o monitoramento da violência contra as pessoas trans, porém tudo desenvolvido pelas próprias pessoas trans, que durante todo esse percurso histórico dos movimentos “homossexual, GLBT e LGBT” no Brasil, a população de travestis, mulheres e homens transexuais viveram na margem desse processo de produção de políticas públicas, do mercado de trabalho, da educação e demais demandas sociais cotidianas e rotineiras para todas as pessoas cisgêneras, inclusive as que tangem os processos de exclusão, que para as pessoas trans isso é algo ainda mais agravante e violento.

1.1 Transepistemicídio

Epistemicídio foi um termo empregado por Boaventura de Sousa Santos na obra “Pela Mão de Alice”, e posteriormente utilizado por todxs autores e autoras que refletem sobre a influência da colonização europeia e do imperialismo capitalista sobre os processos de produção e reprodução da vida. O epistemicídio pode ser entendido como o aniquilamento de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental. É um subproduto do colonialismo instaurado pelo avanço imperialista europeu sobre os povos da Ásia, da África e das Américas.

No ano de 2018, percebemos um número grande de eventos no espaço acadêmico, onde pessoas cis falavam por pessoas trans, silenciando-as e tratando-as como meros objetos de pesquisa e nós do IBTE repudiamos esta prática, pois como instituto somos produção científica, acadêmica, educacional, somos produção de vida, de vida trans, que monitora as formas de apagamento e silenciamento de nossas vozes.

A Universidade precisa entender o lugar de fala dentro dos movimentos dos quais eles não são protagonistas, ao invés de estabelecer seu silenciamento. O movimento LGBT e, sobretudo, o movimento trans, há décadas vem travando uma luta para a promoção de direitos que incluam sua população. O lugar de fala entra no discurso ativista como forma de dizer quem pode falar, a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e movimento.

A ativista negra Joice Berth uma vez mencionou que o lugar de fala é o limite que mostra que, por mais que eu tenha consciência das opressões que não são minhas, as minhas experiências não são suficientes para falar por outros. Se você não dá espaço para as pessoas contarem como é sua vida a partir da experiência de vida delas, a experiência vai ser a do homem branco, que é o privilegiado da sociedade.

Nas redes sociais era possível encontrar inúmeros destes eventos realizados pelo país afora, como a imagem abaixo, por uma questão de ética, os nomes dos debatedores foram ocultados. As Universidades precisam entender que quando vamos a esses eventos, precisamos ser valorizadxs, mas ainda nos tratam como se a gente tivesse que ajoelhar e agradecer porque convidaram para falar sobre determinado assunto. Convidam pessoas que nem pertencem ao grupo, para falar de um grupo que nem representado está, e, por conseguinte, reproduzindo a exploração capitalista.



Transepistemicídio = o silenciamento das vozes trans

Falar em transepistemicídio nas universidades brasileiras é o mesmo que discorrer sobre uma invisibilidade que beira nossa população, uma recusa a produção trans de conhecimento. Seria a representação da transfobia na produção intelectual, por recusar a capacidade de pessoas trans de produzir saber. Portanto, em contrapartida a esse processo, o IBTE iniciou

uma campanha em rede social, monitorando este tipo de evento, bem como promovendo a presença de pessoas trans nos espaços acadêmicos enquanto produtoras de conhecimento.



A cada dia que passa torna-se maior a presença de pessoas trans nas universidades e de fato é algo a ser celebrado, principalmente, a iniciativa de algumas universidades em oferecer cotas para essa população tão estigmatizada e excluída de todo contexto social, porém, ainda não estamos isentxs de experimentar situações de transfobia e preconceito nesse espaço.

1.2. As cotas trans¹

De modo bem recente, pesquisadores de políticas afirmativas no Brasil têm se lembrado das pessoas trans. A pesquisadora e Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, justifica esse evento devido ao aumento considerável, e positivo, na visibilidade da população de travestis e transexuais. A mesma ainda afirma que independente desta visibilidade ainda se vive uma realidade marginalizada na sociedade e, portanto, existe a real necessidade de ações afirmativas.

As políticas afirmativas foram desenvolvidas com a finalidade de reverter tendências históricas de desvantagem de grupos sociais excluídos, em áreas como a educação e o emprego. Elas são frequentes quando alguns grupos sofrem com diferenciações de status e falta de acesso aos bens sociais – se prejudica, sistematicamente, determinados grupos, ao

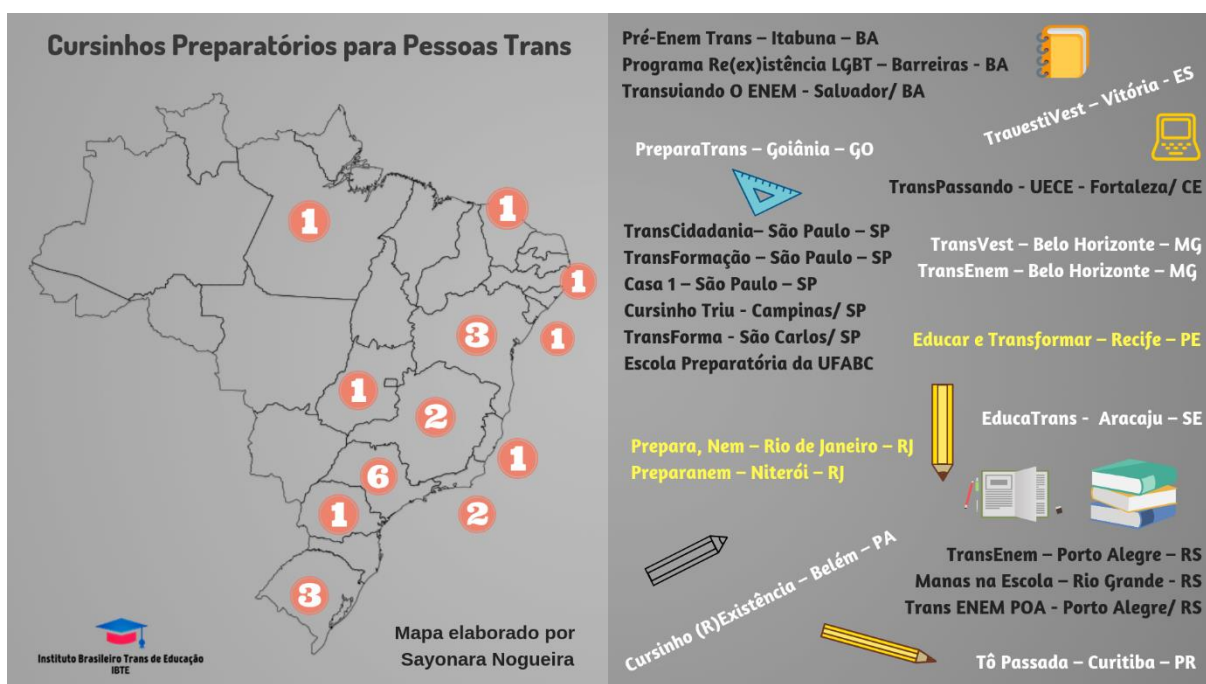
¹ Texto baseado do original. JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas Trans também precisam de cotas. **Revista AzMina**, 23/11/2016. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/pessoas-trans-tambem-precisam-de-cotas/>.

passo em que outros grupos são privilegiados. Assim, não se trata de achar que esses grupos têm posição inferior na sociedade por conta de sua incapacidade, mas, isso sim, de entender que condições sociais estabelecidas historicamente exigem políticas públicas para sua superação.

São, fundamentalmente, mecanismos com o objetivo de inserir grupos sociais em ambientes nos quais eles não se encontram significativamente representados. Fazem parte desse conjunto de políticas ou ações afirmativas:

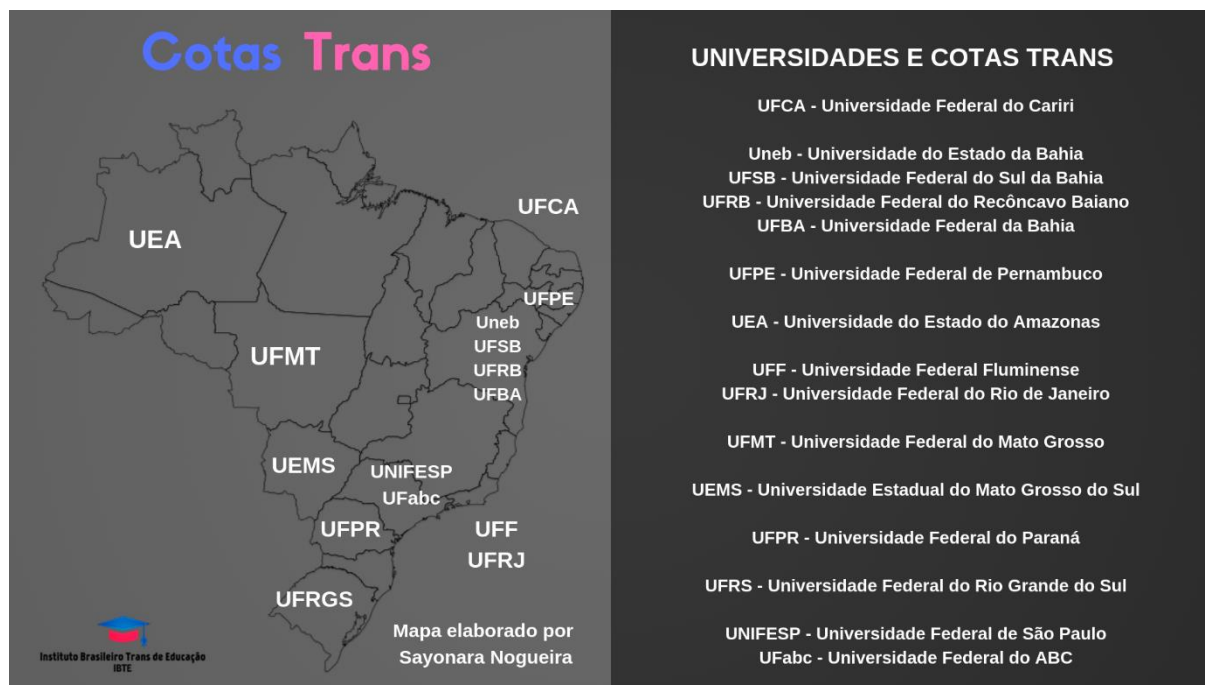
- A. reduzir a burocracia que prejudica pessoas com demandas particulares;
- B. estabelecer estímulos econômicos governamentais para empresas que incluem minorias;
- C. criar obrigações legais de representatividade de pessoas oriundas de grupos discriminados nos meios de comunicação e propaganda, como peças televisivas;
- D. o acréscimo de pontuação, em determinadas provas seletivas, para pessoas oriundas de grupos ou regiões desprivilegiadas; ou ainda, entre outras iniciativas possíveis,
- E. a reserva de vagas para grupos sociais específicos (cotas), em instituições das quais são historicamente apartados.

A proliferação de cursinhos preparatórios para a população trans, Brasil afora, também é uma ação social benévola que buscam sanar a falha da educação brasileira em incluir e manter pessoas trans em seus quadros. Tais cursos são iniciativas individuais e coletivas potentes para a formação política e a transformação da deplorável realidade socioeconômica das pessoas trans. O IBTE mapeou a presença dos cursinhos preparatórios em todo país que pode ser analisado no mapa abaixo:



Já o mapeamento de universidades que oferecem cotas para pessoas trans podem ser vistos no mapa abaixo e sua atualização no link:

<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=4.174901964406661,-72.92278009999995&z=3&mid=1BuyfeMcMu3NSUjule1b79nPqA6NtmZEF>



Para a manutenção das pessoas trans na educação básica e seu ingresso no ensino superior, torna-se indispensável a sua permanência nesta primeira modalidade de ensino, através de uma educação para a diversidade, junto aos professores e demais trabalhadores da educação, que estimule o reconhecimento das demandas das pessoas trans e a sua proteção nas escolas.

Para além dos benefícios que serão trazidos a uma população excluída, que já é alvo de um genocídio, a implantação e a operacionalização de ações afirmativas para as pessoas trans, no campo educacional, trarão efeitos psicossociais e políticos multiplicadores para toda a sociedade brasileira, entretanto, é preciso reconhecer a humanidade das pessoas trans, que é sistematicamente negada, e posteriormente, a sua cidadania.

A violência a qual estão sujeitas as pessoas trans, é apresentada como naturalizada no imaginário social da sociedade, estabelecida por definições do que é ser travesti e transexual, concebidas e generalizadas sobre o preconceito e discriminação no universo desta parcela da população. A violência contra este público acontece nos mais variados espaços, conforme os dados apresentados até agora. E tem-se a rua o espaço onde a violência ocorre com mais constância, espaço este destinado as pessoas invisíveis socialmente, todavia, observa-se também a violência institucional, incluindo família, escola, serviços de saúde e outros, como um espaço de ameaça para as pessoas travestis e transexuais.

A vida das pessoas trans deve ser analisada sob uma perspectiva de totalidade histórica, na qual indivíduos e grupos possuem suas vidas atravessadas por determinações da cultura, da economia, da política e da subjetividade. Essas vidas experimentam rebatimentos de classe social, raça/cor, orientação sexual, gênero, evasão escolar, dificuldades de acesso à saúde, entre outros². O Brasil não apenas necessita de políticas públicas específicas que garantam os direitos de pessoas trans, como também se faz necessário uma reforma no sistema educacional.

O preconceito existe e muitas pessoas ainda associam travestis e transexuais à prostituição, quando ainda não são culpados pela violência que acontece com elas próprias, por serem o que são. É esse o papel do ativismo social e principalmente do IBTE, que é engajar as pessoas na defesa das minorias e grupos vulneráveis como um amadurecimento político e cultural da sociedade.

1.3. As/os professores/as trans no Brasil

Dentro desse processo de monitoramento, trabalhamos ainda no ano de 2018, a identificação desses sujeitos no espaço geográfico brasileiro. No cenário educacional brasileiro, professoras e professores transexuais são cada vez mais visíveis. Ainda que estabeleçam uma minoria em termos numéricos, originam para o debate na educação, diversas questões polêmicas, sobretudo por conta da curiosidade que instauram e do impacto nos modos de relação profissional no ambiente escolar.

A procura por estes (as) profissionais obedeceu a uma miscelânea de procedimentos, desde a identificação em encontros de educação e em encontros do movimento LGBT, a aplicação de formulários a serem preenchidos na Internet. A partir das primeiras, umas foram indicando outras, e algumas foram descobertas por notícias de jornal e referências nos ambientes virtuais.

E estes (as) profissionais se distribuem por praticamente todos os estados do Brasil, em capitais, cidades médias e muitas delas em cidades pequenas pelo interior. A maior parte está em efetivo exercício em sala de aula, variando entre as séries iniciais, o ensino fundamental e o ensino médio e docência superior. Algumas exercem funções em secretarias de educação, e outras são supervisoras, orientadoras educacionais, bibliotecárias e diretoras de escola, neste último caso eleitas pela comunidade escolar.

Para Seffner (2012), quando as professoras transexuais e travestis vão para frente de uma turma de alunos, dois aspectos importantes ficam evidenciados: 1. que elas são professoras, com disciplinas e conteúdos específicos; e 2. que elas são adultos de referência³. Independe

² ALMEIDA, G. & MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sex salud soc* 2013; 14:380-407.

³ SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. *Educação Unisinos* (on-line), v. 20, p. 48-57, 2016.

do fato de ser professora de matemática, artes ou geografia, por exemplo, há alunos que gostam ou não gostam e que aproveitam para discutir as mais variadas questões. Também quanto mais estas professoras assumem e militam, fica claro que a professora em questão tem gênero e tem sexo e tem uma vida de relações normais e, por isso, mais se credenciam para serem adultos de referência. E para quem? Adultos de referência para alunos gays e lésbicas, mas para demais também, sem dúvida nenhuma. São adultos de referência para todos, porque, querendo ou não, fica uma identidade marcada pela sexualidade⁴.

Ante a onda conservadora que vem se implantando no país, como o projeto Escola sem Partido, estas/es professoras/es vêm ganhando visibilidade através das redes sociais e imprensa, o que acaba transformando o tratamento nas escolas. Abaixo tem-se o link da presença destas/es profissionais por todo país que é atualizado todo mês.

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1BuyfeMcMu3NSUjulE1b79nPqA6NtmZef&ll=4.174901964406661%2C-72.92278009999995&z=3>



A sequência de números no mapa acima indica quem são estes profissionais que estão na Educação Básica, na pesquisa e na universidade; as tags de cor laranja trazem as universidades que oferecem cotas para pessoas trans e as tags de cor magenta assinalam as cidades que tem

⁴ REIDEL, Marina. Pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira. Anais...**Fazendo Gênero 10**, Desafios Atuais do Feminismo, 16 a 20 de setembro de 2013.

cursinhos preparatórios para pessoas trans. É importante frisar que essas/es profissionais tem conseguido firmar-se, seja através de medidas judiciais ou alianças com movimentos sociais e organizações LGBT, mas sobretudo pelo reconhecimento e auto-reconhecimento de poder exercer uma função⁵ no mercado formal de trabalho.

Assim, buscamos com este monitoramento produzir pesquisas e fomentar políticas públicas, demandas educacionais para as pessoas trans, promover visibilidade positiva e abrir caminhos mostrando que podemos ocupar diversos espaços; e mesmo que este cursar seja a passos lentos, podem ser considerados largos, dentro de uma sociedade que condena as pessoas que estão fora de uma heterossexualidade compulsória.

1.3.1 O relato de estágio de um homem trans na Educação Infantil

Nicholas Lopes Tozo

O Estágio é uma exigência da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.º 9394/96), e torna-se imprescindível para a formação do profissional a fim de adaptar essa formação às perspectivas do mercado de trabalho. O Estágio Supervisionado busca fortalecer a relação teórica e prática fundamentado no princípio metodológico de que o desenvolvimento profissional sugere, em empregar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal.

O estágio proporciona aprendizagens significativas da profissão, de cultura da pedagogia, de aproximação investigativa da realidade e do seu contexto social. No decorrer do estágio foram realizadas entrevistas, leituras e observações que permitiram a construção do relatório. É no momento do estágio que o estudante tem o direito de conhecer a real situação, de modo a fazer crescer o interesse pelo campo, verificar se os conhecimentos adquiridos são pertinentes à área. É o período para se efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que se tornará concreto, permitindo ao aluno comparar programas de estudos face às diferentes necessidades da sociedade

Me chamo Nicholas Lopes Tozo, tenho 20 anos, sou homem transexual e acadêmico do curso licenciatura em Pedagogia na Faculdade Santa Marcelina em Muriaé – MG, cidade onde resido. Muriaé é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, e temos uma população estimada em 2017 de 108 537 habitantes. Somos destaque na indústria da moda, considerado o 4º maior polo têxtil de Minas Gerais e confecção de artigos do vestuário e acessórios.

O curso de Pedagogia, reconhecido pelo Decreto nº 54.227/64 e com renovação de reconhecimento pela Portaria nº 286/2012, está organizado em períodos semestrais, com 200 (duzentas) vagas, turnos matutino e noturno e tem como objetivo central a formação de

⁵ TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, jan./mar. 2014.

profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores e em cursos de educação profissional, nas áreas de serviço e apoio escolar. A formação oferecida abrange, integralmente, à docência, a participação no planejamento, gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e atividades educativas escolares e não-escolares.

Ao final da minha graduação poderei atuar como professor da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio e de Educação Profissional, atuando na área de formação educacional e como Gestor Educacional.



Mapa de Muriaé no Estado de Minas Gerais

O meu amor pela pedagogia surgiu desde muito novo, antes mesmo de passar pela minha transição. Minha mãe é professora da Educação Infantil e nos horários em quem não tinha com quem me deixar, eu acompanhava sua rotina de trabalho na escola e fui tomando gosto pela profissão. Mas alguns motivos me impediram de ingressar no tão sonhado curso assim que formei no Ensino Médio e um deles foi o meu próprio machismo, de que homem não seguiria tal profissão. Após amadurecer bastante e entender que profissão não tem gênero, entrei na Faculdade Santa Marcelina, uma instituição católica, na qual fui muito bem recebido.

Em 2012, um Censo da Educação Básica apresentou que existiam 443.403 professorxs atuando na Educação Infantil, e deste total contabilizado, apenas 13.516 eram homens, ou seja, 3% do total. Todavia, temos que refletir que muitos não são bem aceitos nas escolas, pois tropeçam no preconceito de pais de alunos que não aceitam professores do sexo masculino dando aulas para suas crianças.

Por trás dessa realidade, criou-se um imaginário social de que o cuidado de crianças pequenas está relacionado à maternidade e, deste modo, precisa ser uma tarefa somente para as mulheres. Parte dessa tradição é visível com a propagação das escolas normais de nível médio, ou como outros chamam de Magistério, em sua maioria frequentas por adolescentes do sexo

feminino. Atualmente, a formação dos profissionais se dá pela graduação em Pedagogia, o que vem mudando essa conjuntura, de modo lento, mas efetivo.

Em fevereiro de 2019, completo 1 ano em que estou estagiando na área da Educação Infantil pela prefeitura da minha cidade, no começo tudo era desafio, por ser homem e transexual esbarrei com pessoas que julgavam que meu lugar não era ali. Fiz disso um estímulo, para me fazer provar todos os dias que era capaz de ser um bom pedagogo. Já passei por 4 escolas até então e sai de todas elas bastante elogiado pelo meu desempenho e talento para lidar com os alunos, gosto do que faço e me dedico inteiramente todos os dias, não só para ensinar e aprender, mas também para provar que a minha identidade de gênero não tira de mim a capacidade de ser um bom profissional, independente da área em que eu trabalho. Tenho um ótimo relacionamento com os meus alunos e distribuo e recebo amor por eles em qualquer escola em que trabalho.



Perante a sociedade, pessoas trans se tornam vulneráveis ao preconceito camuflado de isolamento e rejeição, chegando as manifestações de extrema violência, compradas pelo alto índice de homicídios desta população. Por conseguinte, somos impulsionados a afastar do convívio social.

Quando a escola recebe e apoia a identidade de gênero de seu profissional, seja na modificação do nome de registro para o nome referente ao gênero na forma de tratamento sem imposição de sexualidade, tudo se torna mais favorável, do contrário qualquer

manifestação de preconceito e discriminação pode se tornar um obstáculo para as nossas vivências, seja na escola ou no mercado de trabalho.

É necessário demonstrar que educar, e não apenas cuidar, não é tarefa específica da mulher, entretanto de quem está habilitado para educar. A identidade da educação infantil não pode ser generalizada ao ponto de não se flexível às transformações e ao diálogo com outras possíveis identidades. É imprescindível reconhecer nossas presenças na docência, especialmente, na Educação Infantil, pois é papel da escola proporcionar uma formação fundamentada em conceitos de cidadania e respeito da dignidade humana.

1.3.2. Os Conservatórios Estaduais Mineiros

Júlia J. de Oliveira

Minas Gerais é o único estado do Brasil que integra o aprendizado em música na rede pública de ensino e conta com 12 Conservatórios Estaduais de Música, geridos pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE). Localizados no interior do Estado, voltados para crianças, jovens e adultos, atualmente os conservatórios se encontram nas cidades de Diamantina (1970), Juiz de Fora (1955), Visconde do Rio Branco (1953), Leopoldina (1956), Montes Claros (1962), Pouso Alegre (1954), São João Del-Rei (1953), Uberaba (1967), Ituiutaba (1967), Uberlândia (1967), Diamantina (1970) e Varginha (1985).

A institucionalização dos Conservatórios foi realizada somente em 1961, com a entrada do governador Magalhães Pinto, quando o Estado reiniciou os procedimentos de autorização para o funcionamento das escolas. A institucionalização nos moldes atuais ocorreu em 2011 com o governador Antônio Anastasia. É possível dizer que a música de Minas Gerais ecoa para muito além dos limites de nossa serras e montanhas, capaz de encantar e de inspirar novos talentos.

E querendo ultrapassar esses limites em maio de 2018 o IBTE lançou uma pesquisa para saber e entender o protagonismo trans entre o corpo docente destes Conservatórios de Minas Gerais. E além de mim, que sou professora efetiva do Conservatório Estadual de Música Haidee França Americano, da cidade de Juiz de Fora, temos também uma professora, assim como eu, de Canto Lírico no Conservatório Estadual de Música Renato Frateschi, da cidade de Uberaba.

Paralelo a essa pesquisa, busquei também conhecer pessoas trans no corpo discente dos Conservatórios Mineiros, e conheci um ex-aluno, também do Conservatório de Juiz de Fora, Felipe Borges Modesto.

Em conversa com Felipe sobre a realidade dxs estudantes trans no Brasil, e focando na realidade do Conservatório, ele me deu um relato muito bonito. Felipe estudou no Conservatório, do terceiro ao oitavo ano, onde aprendeu piano, bateria, violão e canto. Os Conservatórios Mineiros adotam os moldes seriados das escolas regulares, os alunos começam no primeiro ano até o nono ano e podem experimentar o aprendizado de vários

instrumentos e canto, depois ainda passam por uma prova de seleção para fazer o Curso Técnico de Música onde se dedicam exclusivamente a um instrumento ou Canto escolhido pelo aluno.

Felipe conta que quando estudou no Conservatório foi a fase em que se descobriu um homem trans e começou sua transição de gênero, cortou o cabelo, e foi mudando aos poucos sua postura com comportamentos que transmitissem quem ele realmente é. Após sua saída do Conservatório para se dedicar à preparação para o vestibular (é permitido ao aluno o trancamento do curso em qualquer momento), ele conta que continuou sua transição e que o respeito e acolhimento que sentiu no Conservatório por parte de alguns amigos e professores, o ajudou muito a enfrentar todos os problemas que envolvem esse momento na vida de uma pessoa trans.

Ele descreve ainda em seu relato que sua maior barreira era não poder falar com alguns colegas de curso e com alguns professores sobre sua realidade de homem trans, diz que talvez fosse até por estar tudo muito recente em sua vida, mas que, com quem ele se abria e conversava ele era compreendido e respeitado e que até por isso mesmo ele conseguiu enfrentar situações posteriores. Atualmente, aos dezenove anos, ele faz Química na Universidade Federal de Juiz de Fora, participa do grupo Força Trans (de Juiz de Fora) de forma bastante ativa.

O grupo Força Trans é um grupo formado para acolhimento, orientação, amizades e compartilhamentos de vivências das pessoas trans de Juiz de Fora. Como ativista e militante ele já organizou uma manifestação em setembro de 2017 contra a decisão do CRP em tratar a homossexualidade como doença e esse ano está organizando, junto com outras pessoas, a Semana da Diversidade em Juiz de Fora.

“Minha vivência no Conservatório foi uma experiência incrível, de onde trago coisas muito boas como expressões artísticas. Era um lugar onde eu podia me expressar, podia falar, podia tocar, podia cantar...e expressões artísticas são coisas que fazem muito bem, tanto que tenho muita vontade de voltar”, diz Felipe.

Eu não fui professora do Felipe no Conservatório, mas quando o conheci minha postura não poderia ser diferente de ajudá-lo e orientá-lo, ele era um aluno muito talentoso, dedicado, respeitador, tirava notas muito boas. Também conversei com alguns professores conhecidos e amigos explicando a eles que independente de qualquer coisa deveríamos respeitar sua identidade de gênero.

Fui aluna do Conservatório Estadual de Música Haidee França Americano entre os anos de 1995 a 2003. Nessa época me descobri, além de intersexo, uma mulher trans e nessa fase comecei minha transição de gênero e não foi muito fácil fazer com que as pessoas me respeitassem logo de início, passei por episódios de muita resistência com relação ao meu nome (na época social), o uso do banheiro e minha documentação escolar.

O nome masculino na chamada, por exemplo, me deixava muito triste. Tudo bem que naquela época as questões e demandas para alunxs trans não eram tão visibilizadas e normatizadas como hoje, mas foram grandes barreiras que tive que enfrentar. Mas eu enfrentei, e consegui usar o banheiro feminino, consegui fazer com que mudassem meu nome na chamada e pudesse assinar o nome que me representava nos diários de aulas individuais (instrumento e canto).

Em 2002, antes mesmo de me formar técnica em violão, o que se deu em 2003, entrei para o corpo docente da escola e me tornei professora de Canto Coral em substituição a uma professora que estava de licença maternidade. Também, enquanto professora, enfrentei problemas referentes à minha documentação, mas era uma questão mais burocrática pois eu já era conhecida e respeitada pela maioria. Atualmente sou professora efetiva do Conservatório e estou pronta para ajudar e orientar outrxs alunxs trans que queiram estudar no Conservatório, tomando como base minha própria vivência e experiência e no que depender de mim todxs terão suas identidades de gênero respeitadxs.

Fugindo um pouco do foco dos Conservatórios Mineiros, vale a pena relatar um pouco de minha passagem pelo curso superior de Música, Bacharelado em Canto pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde, apesar de ser uma pessoa conhecida de todos, as mesmas barreiras foram recorrentes por ser uma mulher trans, principalmente a falta de respeito ao meu nome (na época social).

Embora isso tenha mudado até o final do curso, com a implementação de políticas públicas que nos permite, hoje em dia, utilizar o nome social, ainda vemos casos de muita falta de respeito as identidades de gênero das pessoas trans. Meu diploma, por exemplo foi expedido no nome antigo e eu tive que entrar com um processo administrativo junto à UFJF onde consegui um novo diploma, inteiramente gratuito, com o meu nome correto.

Enfim, espero através dessa pesquisa e desses relatos que os Conservatórios Mineiros se abram para receber cada vez mais alunxs trans, pois temos conhecimento de muitas pessoas trans que querem aprender música, que querem ter um diploma de técnico em música, que querem e tem condições de compor o corpo docente de um Conservatório de Música. E isso não é difícil, as demandas existem, as políticas públicas estão cada vez mais atendendo essas demandas. Basta abrir o coração e a mente e entender que alunxs trans são alunxs e como tal merecem ser respeitados.

Apesar de tudo, tenho muito orgulho de ter sido aluna de um Conservatório Mineiro, onde fui inserida no mercado de trabalho. E como professora de um Conservatório Mineiro me coloco à inteira disposição de quem precisar de mim para seguir esse caminho árduo de um país que também não respeita seus artistas e seus professores, mas uma profissão digna.

Concluindo, **“As Fronteiras da Educação”: A Realidade dxs estudantes trans no Brasil, nos Conservatórios Estaduais Mineiros**” não é diferente da maioria das escolas de ensino regular, tirando o fato de que são escolas especializadas em Música. Nossa população ainda tem muito a aprender sobre o respeito às identidades de gênero, questões importantíssimas como o respeito ao nome social, o uso de banheiro adequado à sua identidade de gênero e o respeito dxs alunxs trans enquanto seres humanos. Seres humanos, como o próprio IBTE está mostrando, capazes de estudar, aprender, produzir conhecimento, produzir pesquisas usadas

para a melhoria do nosso país. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e ao mesmo tempo o país que mais consome pornografia trans. Precisamos mudar isso, e a educação é um ótimo meio para isso. E nós pessoas trans estamos sim, ocupando nossos espaços, nas escolas, nas faculdades, nos cursos técnicos... Somos seres pensantes sim, e merecemos respeito à nossa intelectualidade.

“Ensinar música é ensinar a ouvir de forma consciente” (Walkiria Lobato, professora de piano)



Escrito por Júlia Jorge de Oliveira, diretora administrativa e fiscal do Instituto Brasileiro Trans de Educação. Professora efetiva do Conservatório Estadual de Música Haidee França Americano de Juiz de Fora. Bacharela em Canto Lírico pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pós-graduada em Educação Musical e Educação Infantil pela FAMOSP.

1.3.3. Transgêneros e Charges: uma análise da personagem Muriel da cartunista Laerte Coutinho

Fernanda R. Pereira

A identidade de gênero é uma realidade que está pautada, na teoria histórico-cultural, social, na prática de políticas públicas e, como não poderia deixar de ser, nos estudos em diversidade

sexual e de gênero. Atualmente o tema é introduzido de diversas maneiras, inúmeras formas e problematizada em múltiplas linguagens de abordagens. Neste artigo, interessa-nos, especialmente, a relação entre identidade e representação e a sua formação como uma produção de reflexão das charges de forma de análise discursiva.

A identidade diz respeito a um conjunto de características próprias pelas quais um sujeito é reconhecível e conhecido na sociedade, ao passo que o sujeito é construído pelos discursos que o constituem. Assim, sob o viés da Análise do Discurso e considerando a perspectiva dos Estudos Culturais, analisaremos o discurso sobre a identidade de gênero presente em algumas tiras da personagem Muriel da cartunista Laerte, que em 2009 adotou a prática do *crossdressing* e introduziu o conceito de transgênero em suas charges, tiras e vida pessoal.

A escolha deste objeto de estudo foi motivada principalmente pela minha identidade transgênero e pelo aspecto atual da temática exposta nas tiras, por mobilizar vários discursos e por problematizar, através da arte, a sexualidade e o humor, uma experiência marcante e controversa em nossa sociedade. O objetivo é analisar em que medida as suas tiras revelam uma necessidade de exposição, informação e afirmação a respeito de uma determinada prática identitária e, a partir disso, examinar as práticas discursivas que constituem e contribuem para essa identidade de gênero específica.

Entende-se que a experiência pessoal de Laerte tem motivado o discurso veiculado em seus trabalhos recentes. Uma expressão e exposição da identidade de gênero que fala de/por si e de/para muitos. Laerte Coutinho e a produção de suas tiras, são exemplares do que foi dito anteriormente, visto que, como cartunista, produziu muitos personagens e em cada um deles trazia aspectos de discursos presentes na sociedade na qual estava inserida. Neste artigo, teremos a oportunidade de conhecer alguns deles e subjetividades encontradas no fundo de seus armários.

Para maior compreensão das tiras, se faz necessário a apresentação de quem as cria, principalmente pela ligação da transição de gênero e seus enredos e a vida de sua autora.

Nascida e registrada como gênero masculino devido a sua anatomia biológica através do seu sistema reprodutório, no dia 10 de junho de 1951, na capital São Paulo, Laerte Coutinho é considerada um dos precursores e expoentes na cultura de quadrinhos do Brasil. Sua família se compõe de sua mãe Lila Coutinho e seu pai José Moacyr Viana Coutinho, e ainda seus irmãos Rafael, Diogo e Laila. Em 1969 ingressa na Universidade de São Paulo (USP) para o curso da Escola de Comunicações Culturais assim como, tempos depois, a de Comunicações e Artes.

Ainda com relação à sua formação acadêmica, foi admitida nos cursos de jornalismo e música, contudo não levou até o fim nenhum deles. Seus trabalhos iniciais foram desenvolvidos ainda dentro do campo universitário, onde criou a revista Balão e chegou a receber prêmios. Na década de 1970 entra para Gazeta Mercantil e para a Folha de São Paulo enquanto desenvolvia, em paralelo, atividades junto a partidos políticos e movimentos sindicais. Costumeiramente militante, Laerte introduz em suas tirinhas a sua visão de mundo, de

maneira que quando decide levar ao fim e ao cabo sua transgneridade, da qual falaremos adiante, isto a levou para os desenhos e transformou um personagem já consolidado em sua obra, em transgênero. Esse conceito também é apresentado através da abreviação trans, utilizada para designar os sujeitos da população transgênera. Para a elucidação inicial e sintetizada do termo se fará uso do trecho apresentado a seguir:

transexuais – com identidade de gênero masculina ou feminina e não necessariamente separados, travestis – mantém trânsito entre masculino e feminino, hetero e homossexualidade, visto que não apenas fisicamente apresentam características de ambos os sexos, mas também elementos identitários dos dois gêneros podendo manter relações estáveis com pessoas de sexo biológico oposto (SILVA; BARBOZA, 2009.)

Em 2004 Laerte publica uma tira (figura 1), que o personagem Hugo aparece num processo de transição de gênero, sob a justificativa de ser uma maneira de fugir da máfia que o perseguia.



Figura 1

A tira apresentada traz o personagem Hugo passando batom, depilando as pernas no segundo quadro e logo após, no terceiro, o mesmo aparece afirmando que “Às vezes um homem tem que se montar”. Esta tira, que é publicada no ano de 2004, quando a autora tinha cinquenta e três anos, é significativa à vida e obra de Laerte, pois foi após a publicação desta que uma leitora, a arquiteta Maria Paula Manfitane, que também passou por essas experiências, entrou em contato com a cartunista e o questionou sobre se essas novas práticas do personagem não seriam demandas da própria autora “O fato de Hugo imitar o visual das mulheres certamente denunciava algo sobre mim, sobre ambições que eu me negava a explorar às claras. Foi quando recebi o e-mail de uma arquiteta, fã do Hugo. Quer dizer: de um arquiteto que abraçou a identidade feminina” (COUTINHO, Laerte. Revista Bravo, em 2010).

A partir das transformações na vida pessoal, as tiras de Laerte ganham novos contornos, o que deu margem para o surgimento de Muriel (figura 2).



Figura 2

Na tira apresentada acima se vê Muriel, que se materializa através do processo de transição de gênero, não apenas estético ou corporal, mas principalmente através de uma série de discursos utilizados por Laerte, em suas tiras, construtores das identificações da personagem assim como da sua própria vida pessoal, tendo em vista que a autora perpassa por mudanças em história e assume sua identificação feminina mais abertamente a partir de 2009, como a mesma fala em entrevista ao programa Provoações do dia 01 de março de 2011, apresentado por Antônio Abujamra. Esses conjuntos de discursos geralmente são apresentados em tiras publicadas no site dedicado exclusivamente à Muriel assim como o espaço que ela dedica as tirinhas nas quais discute assuntos relativos aos gêneros, às sexualidades.



Figura 3

Na figura 3, Laerte reflexiona como a identidade de gênero travesti em nossa sociedade e cultura é marginalizada e carregada de estereótipos, o assunto é negado e velado socialmente, porém a figura da travesti está presente nas esquinas e nas ruas da cidade através da prostituição e mesmo que na tangente e a margem são sujeitos sociais presentes no cotidiano das pessoas e cidades.



Figura 4

A utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, também é uma questão social enfrentada no dia a dia das pessoas transexuais e Laerte aborda na figura 4 o quanto o binarismo de gênero é reforçado socialmente através de situações cotidianas, como simplesmente utilizar um banheiro público se torna algo constrangedor por ser pautado no sexo biológico e o quanto é necessário se pensar as identidades transgêneros e as questões sociais do que é ser homem e ser mulher.



Figura 5

Laerte não só aborda as identidades transgêneros, como também aborda a orientação sexual como algo importante a ser pensado dentro do universo da sexualidade. Na figura 5, Laerte mostra o ser humano e sua construção social e o quanto essa questão não está pautado apenas no sexo biológico e gênero como também a afetividade e atratividade são elementos fundamentais na construção dos papéis comportamentais e sociais de homens e mulheres na contemporaneidade.



Figura 6

Na figura 6, Laerte nos faz pensar a identidades de gênero e orientação sexual das pessoas transgêneros como assuntos necessários de serem pensados, pois uma é independente da outra e suas construções são individuais e não influenciam uma a outra. Nessa tira as identidades de mulher transexual e homem trans são explícitos quanto a suas práticas sexuais, atratividade e afetividade.



Figura 7

Laerte não trabalha apenas as identidades de gênero feminina, como também aborda a identidade de homens trans. Na figura 7 a personagem Verônica se transiciona para o gênero masculino, assumindo a identidade de Estênio e reflexionando todas as questões de gênero, seus papéis e o próprio universo masculino.



Figura 8

Fica claro na tira 8 que a adequação da identidade de gênero de homens trans, são fatores fundamentais para serem pensadas. Laerte demonstra claramente as cirurgias enfrentadas pelos homens trans como a mastectomia, retirada das glândulas mamárias, tecido mamário e redução dos mamilos para a masculinização do tórax.



Figura 9

Para Laerte, o desconhecimento sobre o universo da sexualidade e as identidades de gênero pela sociedade e sua abordagem pobre e superficial como um assunto a ser pensando e tratado apenas no universo da orientação sexual fica claro na figura 9, onde Estênio, um homem trans é reconhecido como um gay, um homossexual por não ter sua identidade de gênero reconhecida socialmente, além de reforçar o do discurso de ódio e intolerância sofrido pelas pessoas transgêneros.



Figura 10

Mesmo com o respeito a sua identidade de gênero e o nome pelo qual se apresenta pela maioria das pessoas que a conhecem, Muriel ainda sofre a violência de gênero (transfobia) e orientação sexual (homofobia) da sociedade. Na figura 10 Laerte aborda a violência recebida gratuitamente pela maioria da sociedade que desconhece as identidades transgêneros, negando sua existência através do discurso de ódio e intolerância. Um dos assuntos mais importantes de ser pensado já que o Brasil é um dos países que mais mata travestis e transexuais com o discurso de que a própria população trans por assumirem suas identidades geraram tais situações de violência. É o discurso da culpabilização da vítima, um assunto muito importante a ser pensado dentro da dignidade humana.

Tais tirinhas, nas quais Laerte insere a temática de gênero, sexualidade, desejo e afins, são também discursos que a autora se utiliza para consolidar as experiências que fogem aos padrões construídos e cultivados em nossa cultura. Essas perspectivas são uma espécie de arcabouço em que ela mesma se apoia tanto para sua saída do armário, quanto para a vivência e permanência fora dele.

Após discutir essas questões nas quais os discursos binários interferem diretamente, torna-se necessário pensar esses corpos, esses sujeitos de maneira que os mesmos não estejam enquanto os apontados como desajustados, como anomalias, como pessoas de sanidade mental, pelas suas vestimentas, por causa das transformações produzidas ao modificar, por muitas vezes de forma brutal, suas próprias estruturas físicas. Não se deve pensar, tanto socialmente quanto cientificamente, as diferenças enquanto ou como desigualdades, elas precisam ser analisadas e vivenciadas de maneiras que fujam dos binarismos que compõem nossa cultura heteronormativa, machista, sexista, misógina, transfóbica, dentre outros rótulos que podem qualificá-la.

De acordo com o discurso de João Nery “Não nasci num corpo errado, nasci na sociedade errada” (NERY, 2013), esses sujeitos não possuem experiências de corpos errôneos, mas da necessidade que a cultura da qual fazem parte possui em torná-los congruentes, ao ponto deles sentirem a impossibilidade de viver suas identidades de gênero, seus desejos, suas orientações sexuais sem antes enveredar pelos caminhos das transformações corporais.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In.: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte 2000; 110 – 125.

LOURO, G. L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em 17 de setembro, às 15:10.

SEDGWICK, EveKosofsky. Cadernos Pagu, número 28, janeirojunho de 2007: 19-54.

<http://murieltotal.zip.net/>

II A REALIDADE DAS/OS ESTUDANTES TRANS NO BRASIL

Andreia Lais Cantelli
Sayonara N. B. Nogueira

A pesquisa foi realizada por formulário eletrônico no final do ano de 2018, mobilizando através das redes sociais, pessoas travestis, mulheres e homens transexuais que ainda estão na Educação Básica ou no Curso Superior. O alcance da pesquisa atingiu 250 estudantes que se identificaram como transexuais ou pessoas não-binárias, porém acreditamos que esse número possa ser bem maior.

Em relação a metodologia utilizada, Moysés e Moori apresentam dentre as principais vantagens do uso da Internet na aplicação de questionários, a **conveniência**, pois o respondente pode acessar o questionário de qualquer lugar, desde que tenha um microcomputador conectado à Internet; o **custo**, o acesso virtual torna-se mais barato; a **escala**, é possível de trabalhar com grandes amostras; a **velocidade**, é possível obter as respostas mais rapidamente; e a **estética** e a **atratividade**, uma vez que é possível utilizar imagens, sons e hipertexto na construção dos questionários. Existe ainda o fato de da possibilidade do controle de entrega das respostas e da redução de consumo de papel⁶.

Ainda para os autores citados acima, além das vantagens, há também desvantagens na aplicação de pesquisas via Web. Uma das principais é a definição da amostra, já que as listas de endereços eletrônicos geralmente sofrem alterações, e, apesar do aumento do uso da Internet, boa parte da população ainda não possui endereço eletrônico e muitas pesquisas não dispõem de controle de duplicidade⁷. A validade dos resultados é interna, ou seja, vale apenas para a amostra estudada. Como estamos trabalhando com uma população que ainda é estigmatizada e marginalizada, muitos ainda vivem em situação de exclusão social sem acesso à internet.

O questionário inicia com a coleta de dados gerais, para evitar a duplicidade, solicitou o preenchimento de nome, e-mail e telefone. É salutar destacar também que as pessoas que responderam esse questionário não representam o total da população trans brasileira na educação e muito menos se pode atribuir os dados desta pesquisa como caracterização geral desta população, pois estas demonstraram ter acesso à internet, computador e alguma formação, ou seja, não reflete a realidade do segmento, que é um dos mais vulneráveis da sociedade.

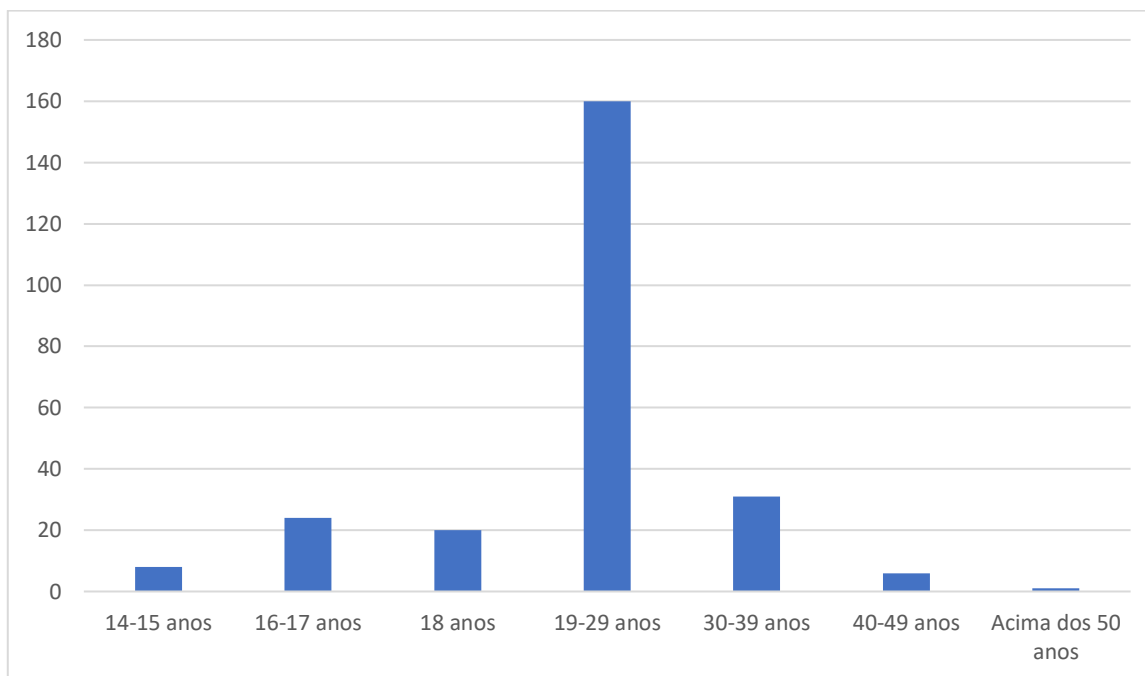
Em relação a idade das pessoas entrevistadas, houve uma concentração maior entre a faixa etária de 19 a 29 anos, cerca de 160 pessoas. Entre os 14 e 15 anos tivemos 8 respondentes,

⁶ MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 09 a 11 de Outubro de 2007.

⁷ Ibidem, 2007.

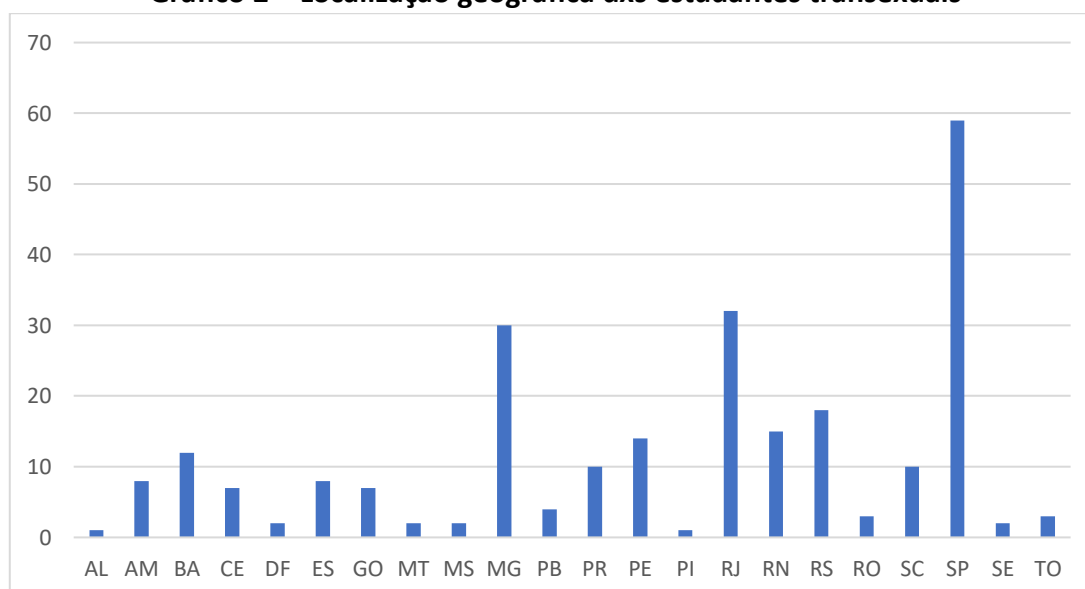
de 16 a 17 anos, 24 pessoas se manifestaram e com 18 anos completos alcançamos 20 pessoas trans e todas matriculadas na Educação Básica, no total 52 entrevistadxs se encaixam na faixa etária de 14 a 18 anos, sendo estas a maiores vítimas da transfobia escolar, conforme será demonstrando ao longo deste trabalho.

Gráfico 1 - Idade



Já quando interrogados sobre sua localização geográfica, não obtivemos nenhuma resposta dos Estados do **Acre, Maranhão, Pará e Roraima**, o que pode ser uma desvantagem na aplicação deste tipo de pesquisa, utilizando formulários eletrônicos, pois não conseguimos atingir toda a dimensão do país.

Gráfico 2 – Localização geográfica dxs estudantes transexuais



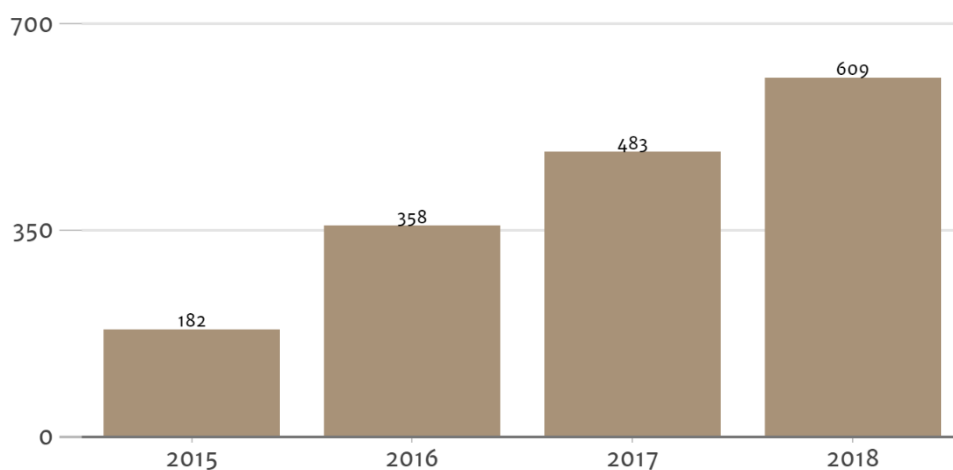
Observa-se no gráfico acima, uma grande concentração destes estudantes nos estados de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e em 3º lugar Minas Gerais, o que atribui um agrupamento maior na região Sudeste, seguida pela região Sul.

Este resultado confirma os dados abaixo que mostra o número de matrículas crescente no Estado de São Paulo de pessoas trans.

Gráfico 3 – Matrículas em São Paulo

Matrículas com nome social triplicam em São Paulo

Nos últimos três anos houve salto em número de alunos trans que solicitaram nome social na rede estadual de SP

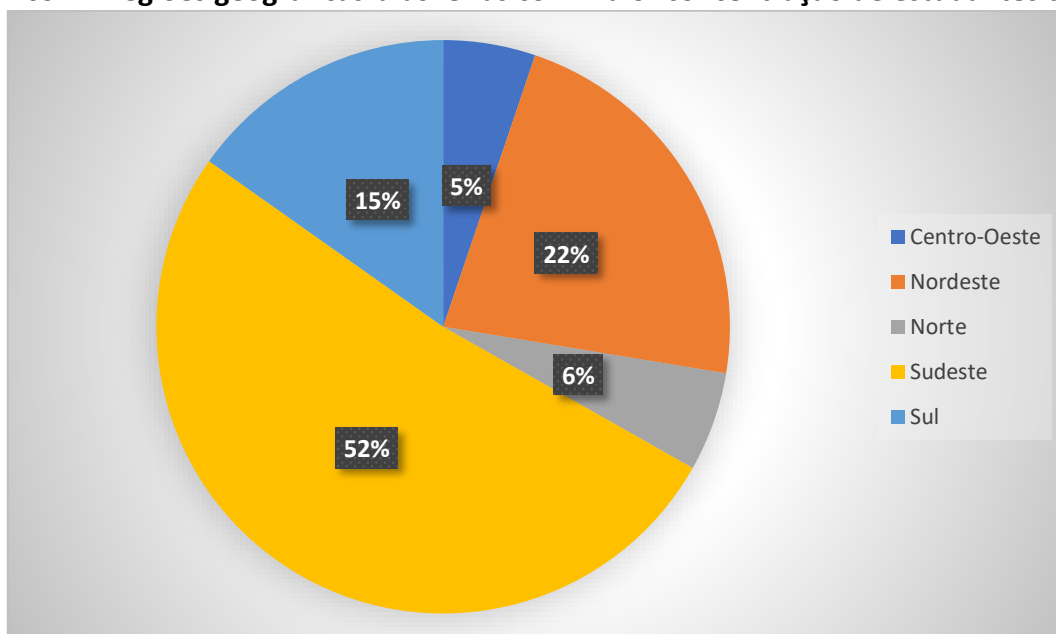


Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo



Fonte: <http://www.generonumero.media/nome-social-e-ponta-do-iceberg-na-vivencia-escolar-de-pessoas-trans/>

Gráfico 4 - Regiões geográficas brasileiras com maior concentração de estudantes trans



Em relação a orientação sexual dxs entrevistadxs, 39% responderam que são heterossexuais, 28% disseram ser pansexuais, 20% bissexuais, 11% apresentaram-se como homossexuais, 2% disseram que são assexuais e apareceram cerca de 1% que mencionaram serem demissexuais e androssexuais.

Vale lembrar que a sexualidade humana é um assunto que provoca ainda muitas polêmicas e debates, principalmente no campo da educação, uma vez que envolve questões afetivas, papéis esperados e desempenhados em uma sociedade. A orientação sexual diz respeito à atração que se sente por outros indivíduos e geralmente envolve questões sentimentais, além das sexuais. Portanto, no popular, se a pessoa gosta de indivíduos do sexo oposto, falamos que ela é **heterossexual**. Se a atração é por aqueles do mesmo sexo, sua orientação é **homossexual**. Há também aqueles que se interessam por ambos: os **bissexuais**.

Não obstante de ser um termo que muitas pessoas já escutaram falar, a **pansexualidade** ainda é um assunto que gera confusão por não ter o seu significado bem definido e ainda ser confundido com a bissexualidade. **Pan** vem tem origem da palavra grega '**todos**', e isso constitui que uma pessoa pansexual pode se sentir atraída por um homem, uma mulher, uma pessoa transgênera ou uma pessoa sem gênero definido. E mais, quando as pessoas pansexuais se ligam romanticamente com alguém, preponderam uma vinculação maior com o interior da pessoa e não com o gênero. Outro erro recorrente, quando se fala em pansexualidade é dizer que as pessoas pansexuais sentem atração sexual por qualquer tipo de ser vivo, incluindo animais e plantas, entretanto, a definição de pansexualidade se limita somente na diversidade de gênero sexual dos seres humanos, **nada além disso**. Acredita que cerca de 1% da população mundial seja pansexual e já possuem uma bandeira dentro do movimento LGBT.



A bandeira do orgulho pansexual foi criada para que ela se distinguisse da bissexualidade. A faixa azul representa a atração por homens, a faixa rosa representa a atração por mulheres, e o amarelo representa a atração por pessoas que se identificam como sem gênero, de ambos os gêneros ou de um terceiro gênero.

Cerca de 0,5% dxs entrevistadxs disseram ser **demissexuais**. A demissexualidade pode ser entendida como uma orientação sexual, entretanto isso não é consenso. Quando uma pessoa diz ser demissexual, quer dizer que somente sente atração sexual por alguém com quem já estabeleceu uma ligação emocional forte. São pessoas que sentem atração sexual com a

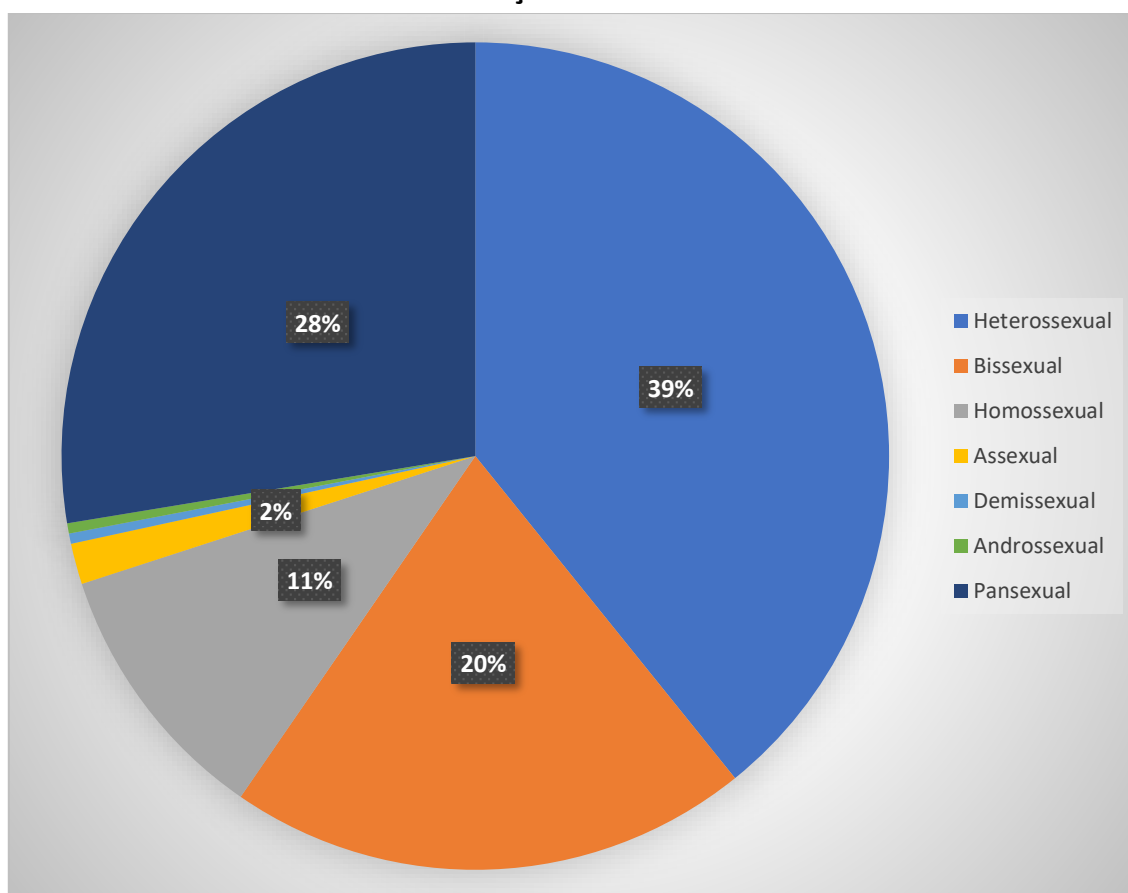
condição de ter um vínculo emocional forte, seja ele afetivo e/ou intelectual, não sendo a estética o fator exclusivo para o aparecimento da atração sexual. É uma designação que se enquadra no espectro da assexualidade, conhecida e publicitada desde o início dos anos 2000.

Demissexuais podem se atrair por somente um gênero ou por mais de um, o conceito de demissexualidade é como surge a atração, não a quem se dirige. São ainda classificados como parte da zona cinza que existe na escala dos assexuais, aqueles que não apresentam interesse na prática do sexo com alguém.

Outros 0,5% se identificaram como **androssexuais**. A androssexualidade é uma orientação sexual que se assinala pela atração sexual por homens. **Andro** vem do grego **andras** e denota homem. São pessoas que sentem atração sexual por masculinidade ou expressão de gênero masculina, independentemente da identidade de gênero.

O gráfico abaixo mostra as orientações sexuais citadas na pesquisa:

Gráfico 5 – Orientação sexual dxs entrevistadx



Para finalizar, tem-se ainda a assexualidade, que seria a ausência de atração sexual a qualquer pessoa, ou pequeno ou inexistente interesse nas atividades sexuais humanas⁸. Pode ser

⁸ BOGAERT, Anthony F. (2004). «Asexuality: prevalence and associated factors in a national probability sample». *Journal of Sex Research*. 41 (3): 279–87

analisada como a ausência de uma orientação sexual, ou uma de suas variações, ao lado da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade e da pansexualidade. **É importante frisar que a assexualidade difere da abstinência sexual e do celibato, que são comportamentais e geralmente motivados por fatores como crenças pessoais ou religiosas.**

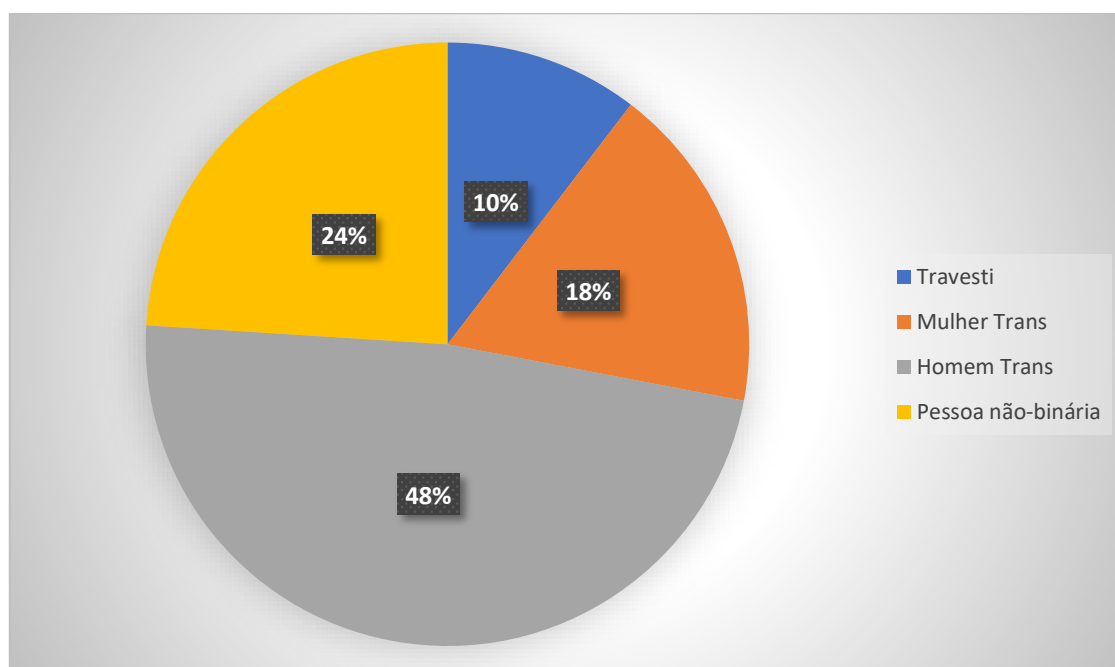
Em relação a identidade de gênero das pessoas consultadas, 48% são homens trans, 24% responderam que são pessoas não-binárias, 18% se identificaram como mulheres trans e 10% disseram que são travestis.

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) define a identidade de gênero como:

Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero⁹.

O próximo gráfico mostra a identificação de gênero dxs estudantes trans entrevistados:

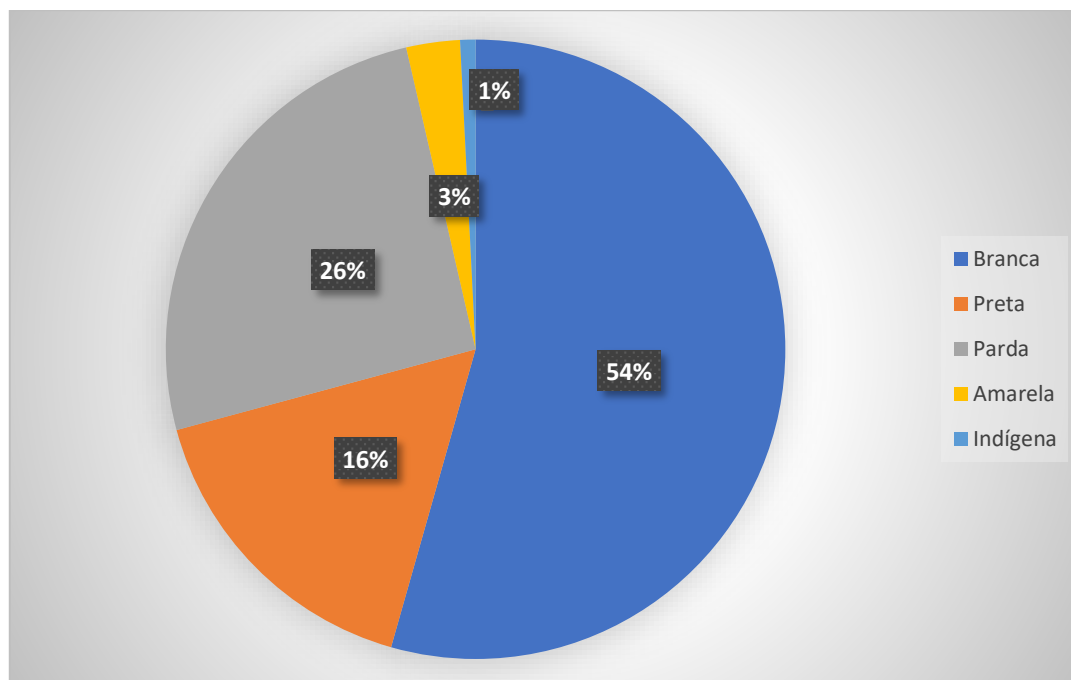
Gráfico 6 – Identidade de Gênero



A próxima pergunta questionou como a pessoa se auto classifica, conforme os critérios adotados pelo IBGE para classificação de cor. Portanto, temos 54% de pessoas brancas, 26% declararam sendo pardas, 16% responderam que são pretas, 3% amarelas e 1% indígena.

⁹ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012.

Gráfico 7 - Cor



Segundo Nogueira e Cabral, a classificação racial brasileira é singular, e reflete preocupações produzidas pela história nacional. Não existe uma classificação internacional para raças ou para etnias. Nos diversos países, conceitos como etnia, tribo, nação, povo e raça recebem conteúdos locais, pois as bases importantes para a demarcação das fronteiras entre grupos sociais são determinadas pela história de cada sociedade¹⁰. Isso reflete que o racismo também é causa da exclusão escolar no país e na trajetória da transfobia, pois já é possível evidenciar algumas similaridades com a conjuntura histórica de exclusão racial.

A educação brasileira está dividida em dois níveis de Ensino, conforme art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

I – Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)

No caso do IFPE, a Educação Profissional Técnica é oferecida em articulação com o Ensino Médio.

II – Ensino Superior

As modalidades podem ser:

Presencial – Modalidade de ensino tradicional em que o estudante frequenta as aulas na unidade de ensino do IFPE.

Educação a Distância – Modalidade do Ensino que permite uma flexibilidade de aprendizado, através de aulas a distância, além de encontros presenciais, apoiados em ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

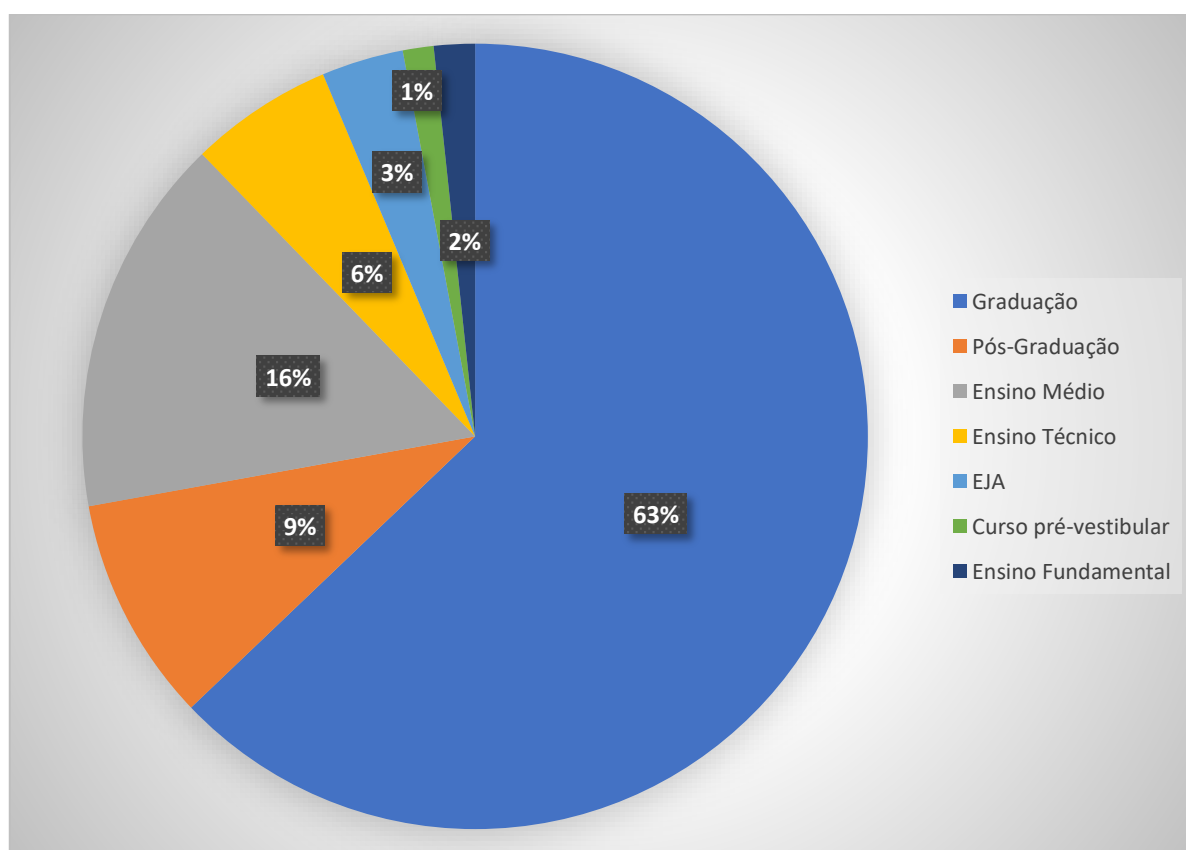
¹⁰ DOSSIÊ: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO, Observatório Trans, Uberlândia (MG). Sayonara Nogueira & Euclides Cabral, 2018 (Orgs).

Jovens e Adultos – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades, incluindo também a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura. Recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada, por qualquer motivo.

Sobre em qual modalidade de ensino estão matriculadxs, cerca de 63% responderam que estão na Graduação, seguido de 16% matriculados no Ensino Médio e 9% na Pós-Graduação.

As modalidades de ensino citadas encontram-se no gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Modalidade de Ensino



Podemos citar esse acréscimo de estudantes trans e com uma visibilidade devido a decretos como o do Nome Social, projetos como o TransCidadania e os inúmeros cursinhos preparatórios para pessoas trans ingressarem nas universidades espalhados pelo país.

A portaria n. 33 do MEC, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2018, tornou obrigatória para todas as escolas de ensino básico do país, públicas ou privadas, o uso do nome social de alunos trans nos registros escolares. A medida entrou em vigor quase dez anos após a Secretaria de Educação do Pará ser a primeira no país a estabelecer que alunos trans poderiam registrar seu nome social no ato da matrícula na rede pública do Estado.

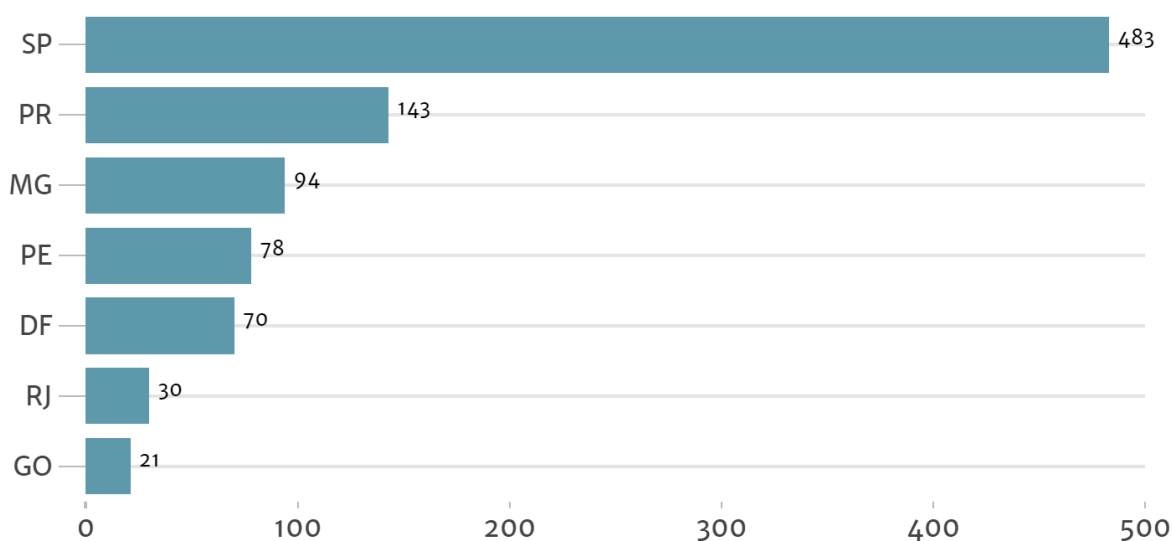
Fora do ambiente escolar, em 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que pessoas transgênero alterem seu registro civil em cartórios sem a necessidade de cirurgia de redesignação genital ou de laudo psicológico. Mas mesmo com a decisão do Supremo, as medidas exclusivas para o ambiente escolar são vistas como necessárias por alunos e profissionais da educação.

Assim, acredita-se que as portarias de nome social foram fundamentais para inclusão desta parcela da população na rede básica de ensino, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 9 – Matrículas na rede estadual com o nome social em 2017

Alunos da rede estadual inscritos com nome social em 2017

Em São Paulo, direito foi garantido em 2014; já em Goiás, desde 2009 alunos trans podem se matricular usando o nome social



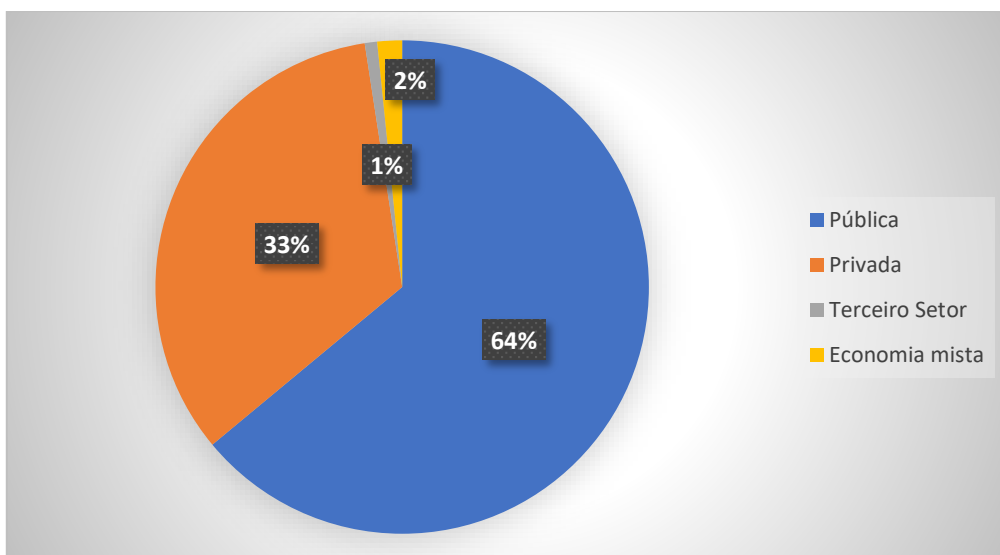
Fonte: Secretarias de Educação dos Estados



Fonte: <http://www.generonumero.media/nome-social-e-ponta-do-iceberg-na-vivencia-escolar-de-pessoas-trans/>

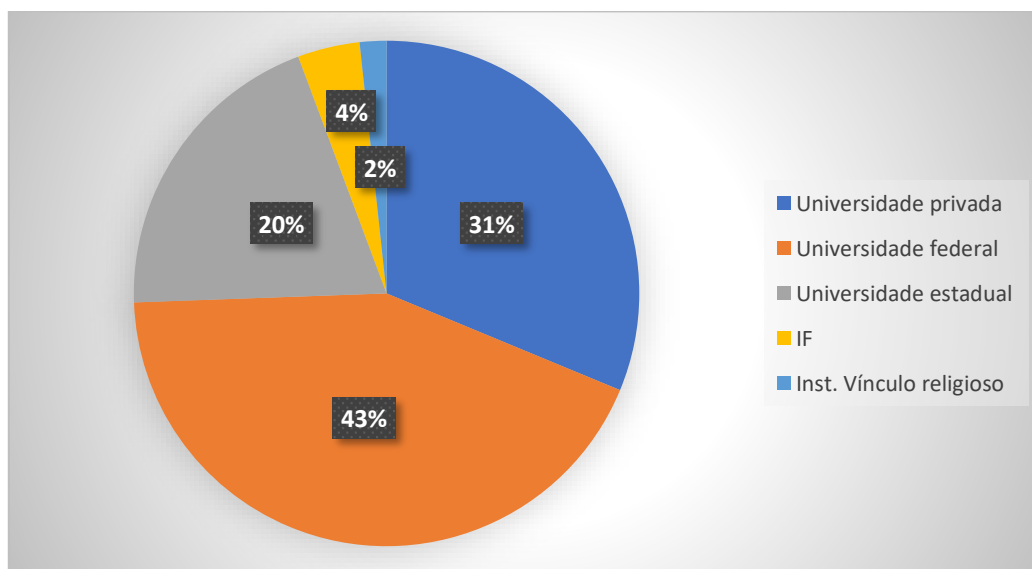
Foi questionado também qual era o órgão mantenedor das escolas e universidades frequentadas por estxs studentxs. Cerca de 64% disseram que estudam em escolas e universidades públicas, 33% citaram a privada, 2% mencionaram escolas de economia mista e 1% disseram que estudam em escolas mantidas pelo Terceiro Setor.

Gráfico 10 - Órgão mantenedor



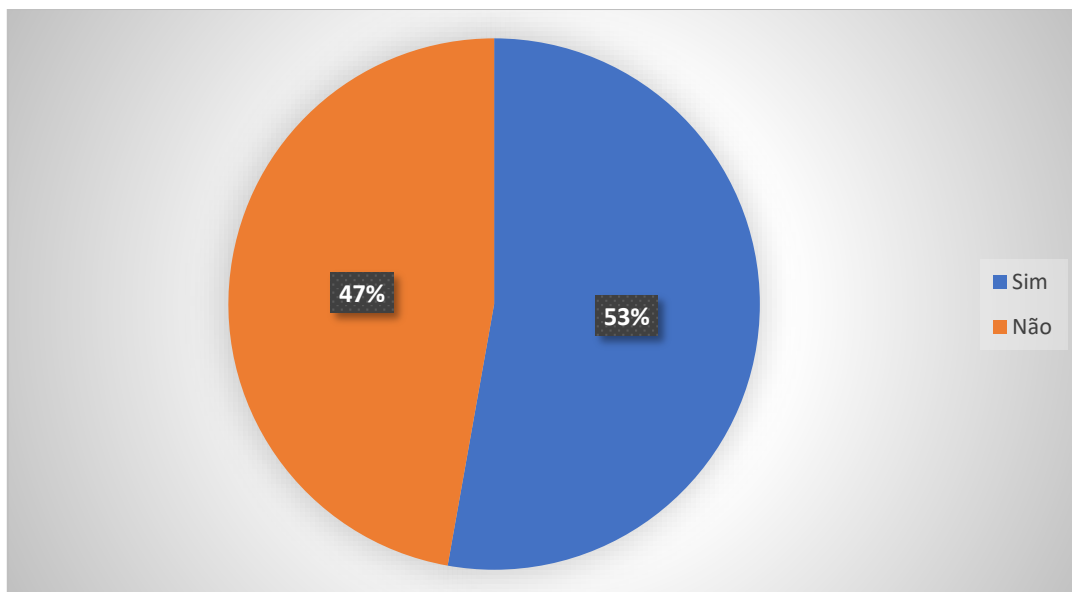
Em relação aos estudantes que cursam nível técnico, graduação e pós-graduação, 43% estão em instituições federais, 31% localizam-se em universidades privadas, 20% responderam que estão em instituições estaduais, 4% localizam-se nos institutos federais e 2% mencionaram institutos com vínculo religioso.

Gráfico 11 – Classificação das universidades



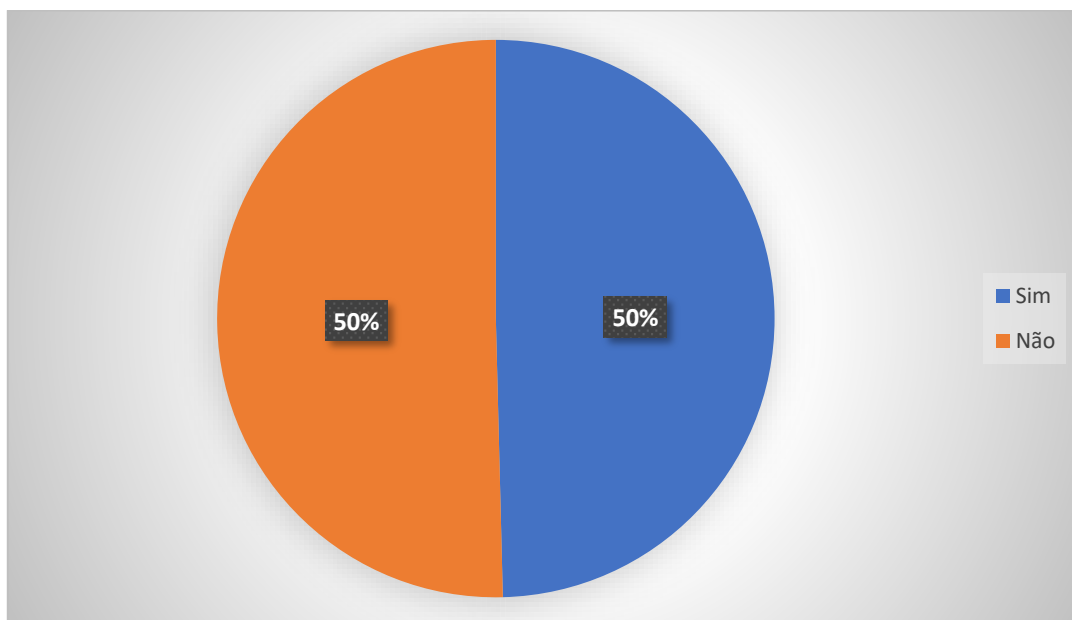
Foi perguntado sobre o número de pessoas que trabalham e estudam, 53% responderam que sim e 47% disseram que não. Grande parte das pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho são os homens trans, e muitas das travestis e mulheres trans citaram que mantêm o processo de escolarização através da prostituição.

Gráfico 12 - Estudos e trabalho



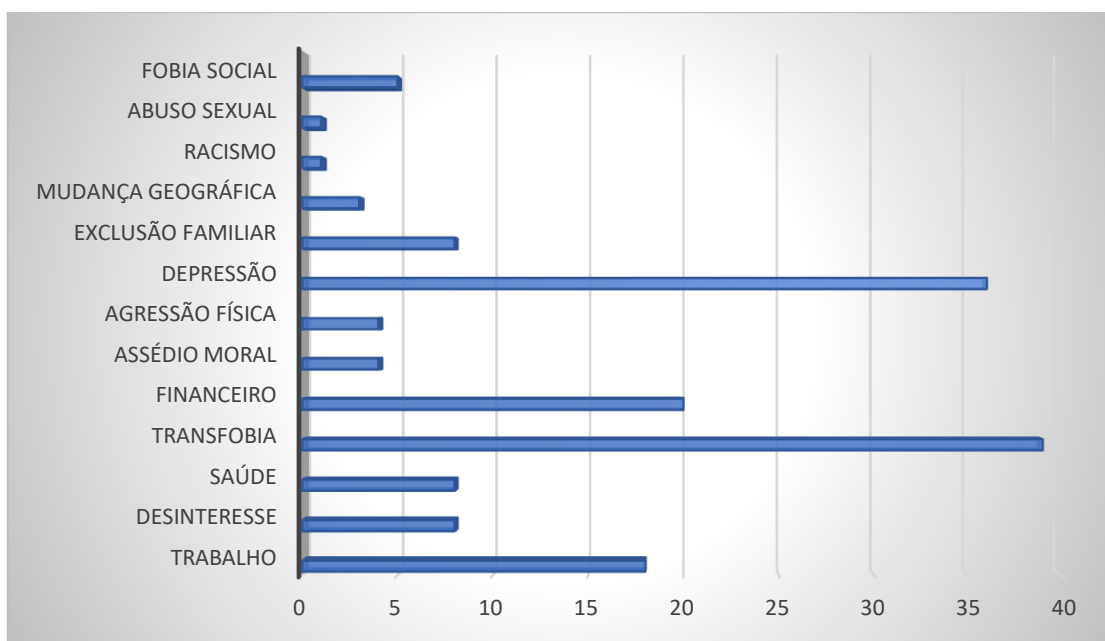
Sobre o fato de terem abandonado os estudos por algum momento da vida, 50% disseram que sim.

Gráfico 13 – Abandono dos estudos



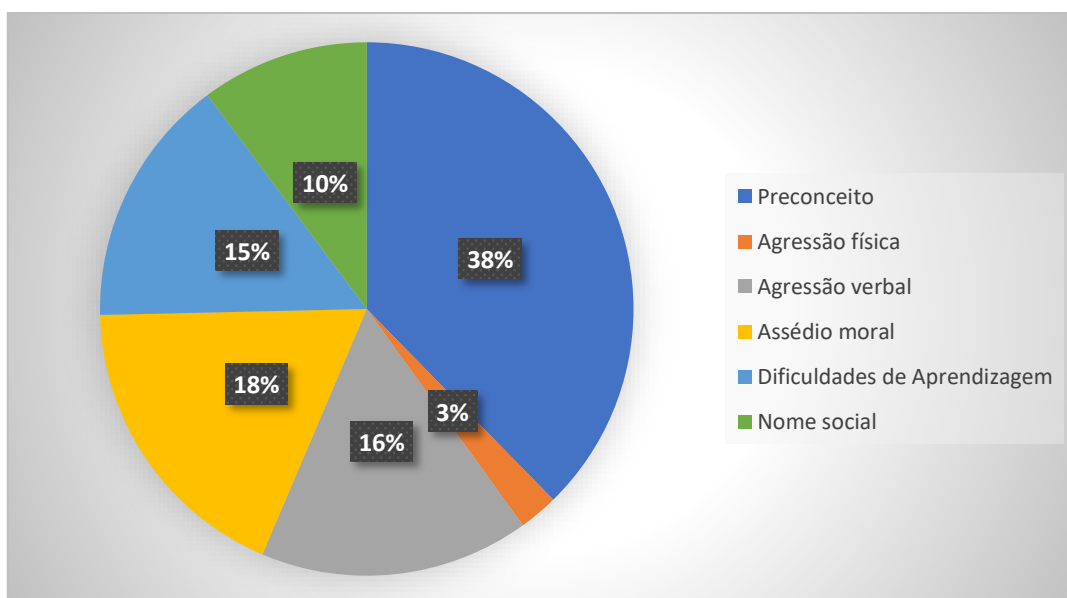
Abaixo podemos ver os motivos citados que levaram ao abandono escolar, onde destaca-se primeiramente a **TRANSFOBIA**, seguida pela **DEPRESSÃO**, em 3º lugar situação **FINANCEIRA**, posteriormente temos o fato de não conseguir associar o **TRABALHO** a escola e a **EXCLUSÃO FAMILIAR**.

Gráfico 14 – Motivos do abandono escolar



Quando questionadxs sobre os maiores obstáculos encontrados no cotidiano dentro da instituição de ensino, temos o gráfico abaixo:

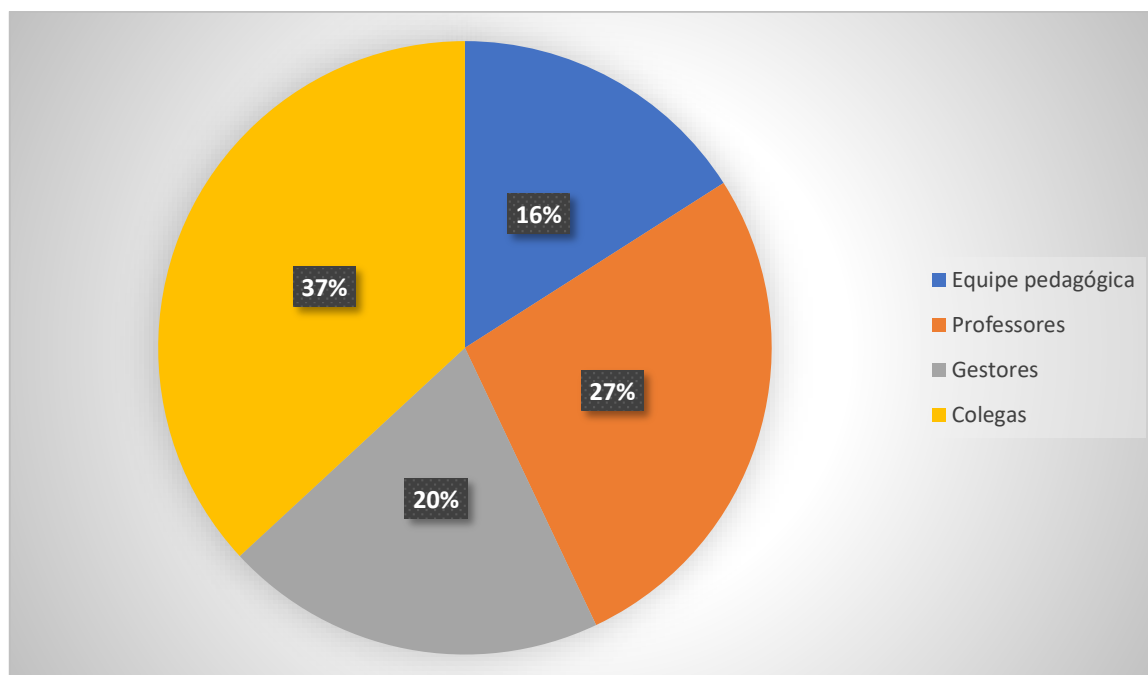
Gráfico 15 – Obstáculos encontrados no dia-a-dia escolar



No gráfico acima, observa-se que os obstáculos mais citados foram PRECONCEITO, ASSÉDIO MORAL, AGRESSÃO VERBAL e DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. Além destes obstáculos pretendeu-se investigar que gerava estas muralhas para que estxs studentxs permanecessem na escola ou universidade, 37% disseram que foram os próprios colegas de

sala, 27% responderam que xs professorxs eram os responsáveis, 20% citaram gestores escolares e 16% mencionaram a equipe pedagógica.

Gráfico 16 – Obstáculos

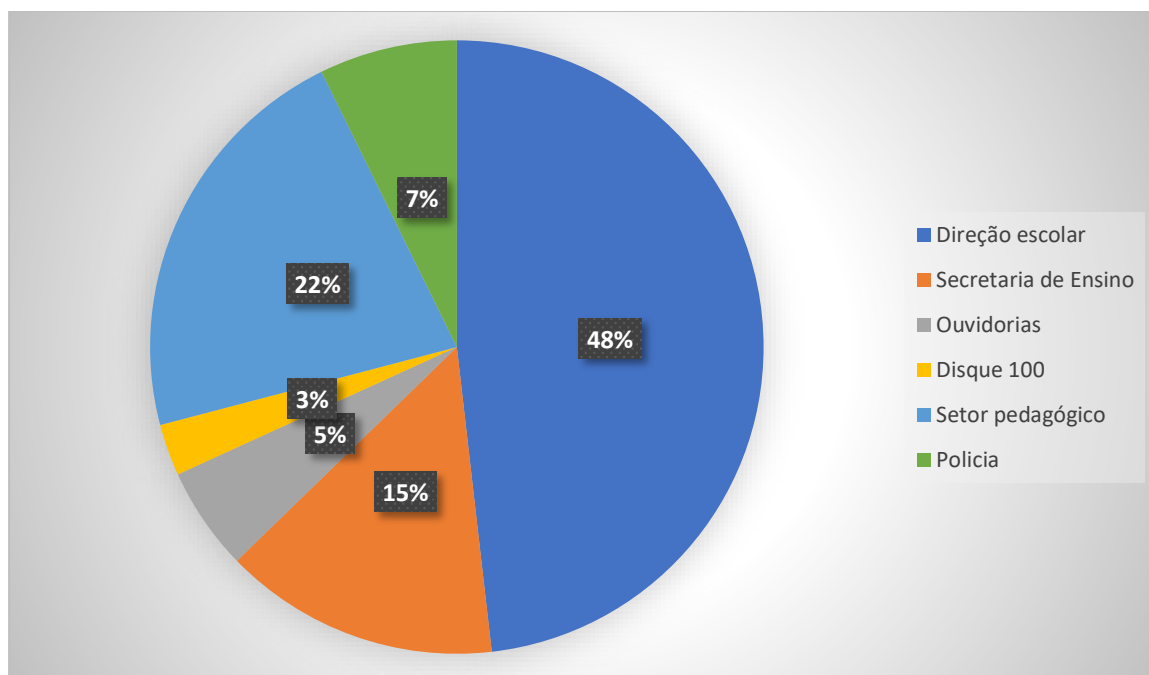


Sobre o fato de já ter sofrido violência no ambiente escolar 52% dxs entrevistadx disseram que sim. Na última Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, publicada em 2016, 43% dos estudantes de 13 a 21 anos se sentem inseguros no ambiente escolar por causa da sua identidade de gênero. E a violência transfóbica apresenta um impacto direto na presença dos alunos na escola. Aqueles que sofreram com mais agressões devido à sua expressão de gênero tinham 59% de probabilidade de faltas no mês anterior à pesquisa, enquanto aqueles que sofreram menos agressões tinham 24% de chances de ter faltado.

Sobre o fato de terem levado a ocorrência para conhecimento de autoridades 48% disseram que relataram para direção escolar, 22% mencionaram o setor pedagógico e 15% citaram as secretarias de ensino. Quando estudantes travestis, mulheres e homens trans, e pessoas não-binárias passam por situações de preconceito e discriminação dentro no ambiente escolar, é de suma importância que xs mesmxs relatem a ocorrência para as ouvidorias estaduais e municipais para que as secretarias de educação tomem a medida necessária para evitar a exclusão desta parcela da população da escola.

O Ministério da Educação possui também uma ouvidoria que pode ser acionada pelo telefone 0800 616161, de segunda a sexta-feira, das 8:00 as 18:00 hs ou pelo e-mail ouvidoria@mec.gov.br. As denúncias também podem ser direcionadas ao Disque 100, pois o mesmo aparelho encaminha as denúncias para os centros de referências LGBT e núcleos de diversidade que existem por todo país.

Gráfico 17 – Destino das ocorrências



Abaixo listamos uma série de relatos de agressão que estxs studentxs sofreram no seu cotidiano escolar:

“No caso do ensino médio, a coordenação da escola me orientou a usar o banheiro dos funcionários ao invés de usar o banheiro dos alunos e se omitiram quando comecei a faltar na escola, sem proporem uma reparação de danos. No caso da graduação, um professor disse pra mim que não pode dizer que sou uma mulher, falando de um jeito que eu nem poderia questioná-lo”.

“Encontrei esperma em meu material escolar, apelidos de aberrações, papéis colados nas minhas costas para me agredirem, chicletes em minha cadeira, tentativa de estupro "corretivo" grupal, professores me constrangendo em público, material com terra ou jogado para fora da escola, chutes e socos sem motivos. Professores me obrigando a ler coisas na frente da sala toda para rir de mim, e alunos rindo e me jogando objetos, etc”.

“Me assediaram passando a mão em mim, deram gritos no meu ouvido uma vez e ouvi dizerem é o mundo tá mudando; um traveco enfermeira!”

“Desrespeito ao nome social e identidade de gênero no ambiente escolar, injúria por parte de colegas e até proposta sexual partindo de um professor”.

“Na escola sofri agressão física, moral e psicológica. Na universidade com a gestão da instituição como problemas ao usar o nome social, ter acesso aos documentos estudantis com o nome social, além do preconceito cotidiano”.

“Um professor ameaçou me tratar por nome de RG se eu não tivesse modificado na lista de chamada”.

“Sofri intimidação dele e não denunciei, pois, a cidade onde moro é minúscula e o agressor tem influência política e em toda cidade, poderia me prejudicar, minha família e na universidade, também no único hospital daqui me impedindo dar continuidade na graduação”.

“Foi transfobia, sofri com um professor coordenador do curso tentando me humilhar na frente de todo o programa de pós-graduação repetindo várias vezes meu nome de registro enquanto o secretário do curso corrigia ele múltiplas vezes. Tive problemas com o mesmo professor antes na graduação quando ele me deu uma nota menor que eu merecia e me entregou a prova falando que não dava nada por mim, mas que minha prova foi excelente. A nota, no entanto, foi pouco acima da média de reprovação”.

“Eu fui proibida de usar todos os banheiros da escola, fizeram votação com professores e alunos para isso ser oficializado e segundo a diretora foi a secretaria de educação que disseram para ela tomar essa providência”.

“Não foi uma, mas sim diversas vezes. Como homem trans, já fui humilhado de várias formas. Uma vez, uma professora disse "eu não sou do teu tipo" porque olhei para ela e fiz o sinal de paz e amor. Já me impediram de usar o banheiro masculino. Na quinta série, um garoto disse "Homem de verdade tem pau como esse aqui" e mostrou o pinto pra mim. São tantas e tantas coisas, que não gosto de falar muito para não desencadear nenhum dano ao emocional”.

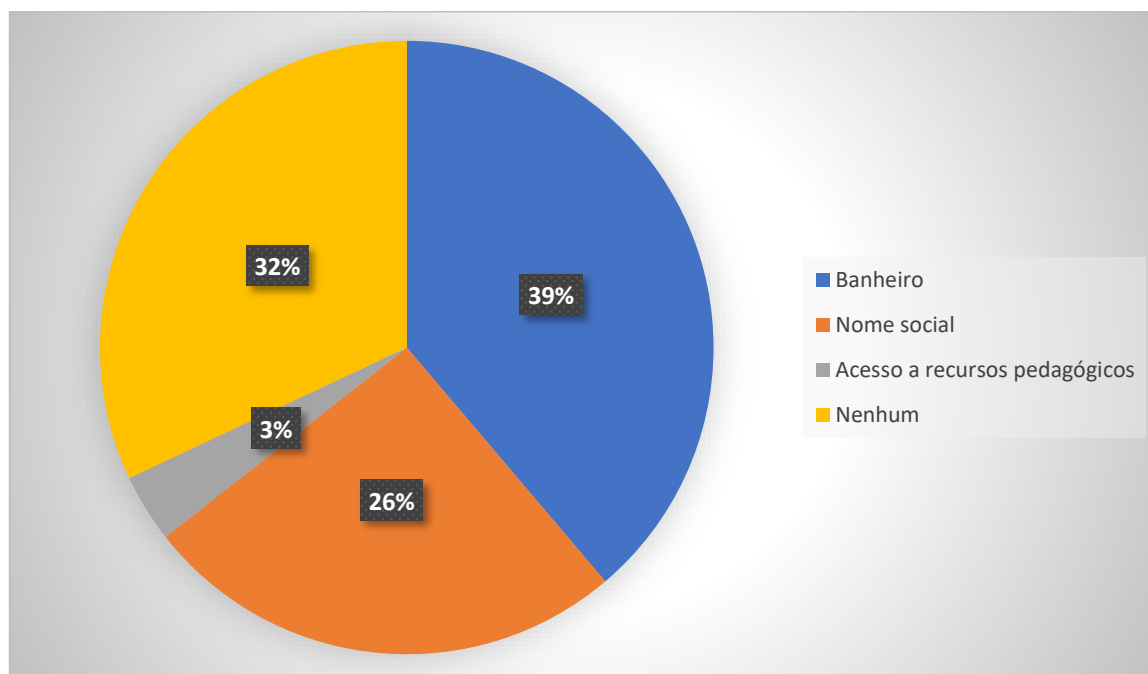
“Fui acusada de fraude pelo professor que me orientaria. Ele alegou que eu não poderia usar a política de ação afirmativa para travestis. Ele não compreendia minha identidade travesti não binária. Fui assediada moralmente por esse professor. Ele me pediu para deixar a vaga, mas a secretaria do programa de pós-graduação legitimou a minha permanência no mestrado. Sigo sendo orientada por uma professora”.

Para tanto foi interrogado se professorxs e demais funcionárixs respeitavam a identidade de gênero destxs estudantxs, 79% disseram que talvez, 15% mencionaram que não e apenas 6%

afirmaram que sim. Ainda em relação ao uso do **NOME SOCIAL**, 69,2% responderam que tem o nome social respeitado e 30,8 disseram que não e encontram dificuldades para que seja respeitado. Todos solicitaram a inclusão do nome social via registro formal, seja ele por e-mail, ofício, declaração etc.

No dia-a-dia dentro da instituição de ensino as formas de negação de direitos aos alunos entrevistados mais percebem são

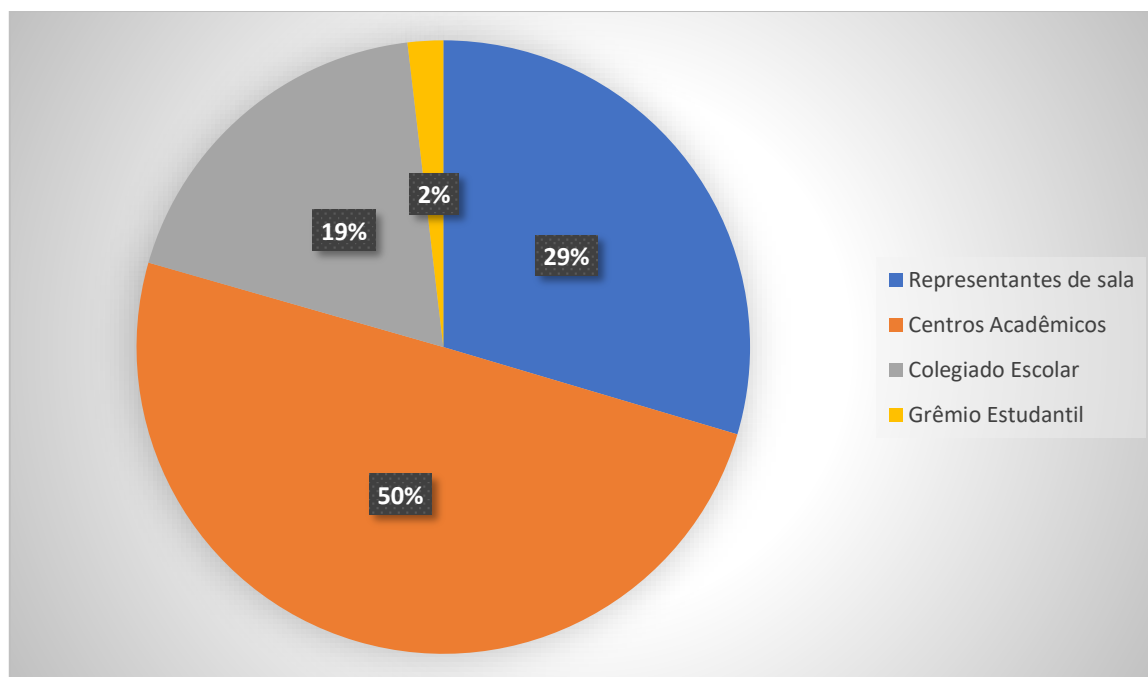
Gráfico 18 – Negação de direitos



Sobre o fato das instituições oferecerem apoio psicopedagógico para auxiliar os possíveis casos de transfobia, 58,8% responderam que não e 13,2 disseram que sim através de profissionais ligados a orientação e supervisão escolar.

Segundo o médico Drauzio Varella, a questão dos banheiros vai além dos direitos civis, porque afeta a saúde. Por interferir com funções fisiológicas essenciais, dificultar o acesso a eles aumenta o risco de infecções urinárias, renais, obstipação crônica, hemorroidas e impede a hidratação adequada de quem evita beber água para conter a necessidade de urinar. O que de fato existe é uma grande repressão social e legislações restritivas que exibem o lado perverso de sociedades que consideram as pessoas trans depravadas, indesejáveis nas escolas, no trabalho e no convívio social e na prática, justificam a violência diária cometida contra elas.

E por fim foi questionado se na instituição de ensino que frequentam, existem travestis, mulheres e homens transexuais que atuam em cargos de liderança estudantil, dos 250 entrevistados, apenas 73 estudantes responderam conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 19 – Cargos de liderança estudantil

Ainda para entender a realidade de nossa população no ambiente escolar, o IBTE levantou uma série de reportagens e denúncias que retratam a transfobia escolar no ano de 2018 e veemente veiculadas pelos meios de comunicação e redes sociais, descritas no quadro abaixo:

Quadro – Transfobia escolar

DATA	IDENTIDADE DE GÊNERO	TIPO DE VIOLÊNCIA	CIDADE	ESTADO	INSTITUIÇÃO	FONTE
24/03	Mulher trans - estudante	Agressão física no campus universitário	Recife	PE	UFPE	G1
25/03	Homem trans - professor	Perseguição e assédio moral	Fortaleza	CE	Rede pública municipal	IBTE
30/03	Homem trans - estudante	Desrespeito a identidade de gênero e nome social	São Paulo	SP	Rede pública estadual	IBTE
30/03	Homem trans - estudante	Nome social recusado	Brasília	DF	Rede pública estadual	IBTE
30/03	Homem trans - estudante	Proibido de usar o banheiro masculino	Santo André	SP	Rede pública estadual	IBTE
01/04	Homem trans - estudante	Assédio moral e perseguição	Natal	RN	Escola de supletivo	IBTE
26/07	Coletivo	Revogação da Portaria n. 33 do MEC	Brasília	DF	Congresso Nacional	Jornal Estado de Minas

26/07	Mulher trans - estudante	Impedida de colar grau em faculdade	Teresina	PI	Faculdade	Jornal Cidade Verde
20/09	Homem trans - estudante	Transfobia escolar	Juiz de Fora	MG	Escola privada	Jornal Diário Regional
22/10	Mulher trans - professora	Transfobia por parte de professores	São Paulo	SP	Escola pública	Rede TV
22/10	Homem trans - estudante	Nome social recusado	Uberlândia	MG	UFU – cursinho popular - Afin	IBTE
14/11	Homem trans - estudante	Agressão	Campinas	SP	Escola técnica	G1

Ao final deste trabalho percebemos então que a transfobia escolar diz respeito à agressividade e violência contra pessoas trans no ambiente escolar e que tornando uma conjuntura que preocupa e acarreta sérias implicações para a vida de travestis, mulher e homens trans e pessoas não-binárias, que vai desde o desenvolvimento de transtornos de aprendizagem até a exclusão escolar. É de suma importância investir na formação continuada de profissionais da educação acerca deste tema, para que possa promover de fato uma escola inclusiva e a cidadania em todo contexto escolar.

III - PALAVRAS FINAIS, UM DIÁLOGO SOBRE AS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO

Andreia Lais Cantelli

Presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação

A escola é um espaço privilegiado de discussão e conhecimento, que deve possibilitar a formação de cidadãos/ãos plenas/os em seus deveres e direitos (FREIRE, 2011). Nessa perspectiva, é um ambiente que abre caminho para uma sociedade plural e justa, onde cada pessoa deve ser respeitada em sua forma única de ser. A escola pública é a representação do Estado e, portanto, deveria acolher, educar e orientar a todos/as sem qualquer distinção.

Para as pessoas trans, isso implica na não efetivação da educação e de suas ferramentas, pois a instituição escola e a educação são direitos fundamentais, garantidos pela Constituição de 1988; ou seja, as pessoas trans são afastadas da democracia e dos direitos fundamentais por não corresponderem à normatização de gênero e aos espaços escolares genitalizados.

A sociedade é plural e se pretende universalista, e nesse processo percebemos que vivem pessoas que apresentam as mais diversas características, como raça, etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Porém, essa sociedade que se pretende universalista, apresenta "normas" que, por se tratar de uma sociedade produzida a partir da heterossexualidade compulsória, dentro de uma noção butleriana, impõe "limites" para as pessoas que não correspondem a um padrão histórico e antropológico preestabelecido de gênero (SIERRA; CÉSAR, 2014). Assim, esses "limites" e "normas" acarretam em uma série de problemas para as pessoas que desviam dos padrões, como exclusão, violência, ódio, discriminação, entre outros fatores que marginalizam as minorias.

Para Guacira Lopes Louro (1999),

(...) os sujeitos orquestrados pela heteronormatividade fazem uma construção de sujeitos historicamente heterossexuais, o que acompanha a rejeição da diversidade sexual e identidade de gênero, o que por alguma razão ou circunstância as pessoas que escapam da norma, são tomados como minoria e consecutivamente serão colocados à margem das preocupações de um currículo que foi pretendido para a maioria. (p. 26).

Conforme Sierra e César (2014, p. 39), a escola tem se constituído como um lugar em que se “processam as produções da verdade sobre o sexo, o gênero e a sexualidade.” Nesse sentido, é importante compreender que a escola é uma instituição que continua a excluir o desconhecido, mas ao mesmo tempo as pessoas que se encontram à margem são necessárias para delimitar o campo de quem está dentro, de quem é “normal” (LOURO, 2004).

Durante séculos a sociedade brasileira só admitiu em suas concepções em relação ao gênero e à diversidade o fato de existirem pessoas do "sexo" masculino e pessoas do "sexo" feminino,

restringindo assim as diversas possibilidades de práticas e de expressão, da liberdade.

Para Foucault (1984), a liberdade “que caracteriza o modo de ser do homem temperante não pode conceber-se sem uma relação com a verdade. Dominar seus próprios prazeres e submetê-los ao logos, formam uma única e mesma coisa.” (p. 79).

Assim o modelo escolar e o processo de ensino-aprendizagem devem ser repensados, eliminando qualquer tipo de violência. É preciso desnaturalizar os padrões heteronormativos para que possamos compreender que a sociedade é plural e os espaços devem ser desgenitalizados e preparados para receber todas e todos. Essa transformação, constituinte de uma escola globalizada e sem fronteiras, produz também um esvaziamento de sentido em relação à instituição disciplinar que não responde mais aos questionamentos contemporâneos. Nesse processo de produção ampliado, rigorosamente tudo será pedagogizado (CÉSAR, 2004).

A escola é um espaço construído em meio a aspectos históricos normatizados a partir dos currículos heteronormativos, genitalizando o espaço, bem como os corpos que ocupam as escolas (SANTOS, 2010).

O ambiente escolar poderia ser um espaço de discussão da promoção de uma educação crítica, libertadora e democrática. Nessa perspectiva, a escola pode e deve ser um espaço para a desconstrução dos "limites" e "normas" da heteronormatividade, abrindo espaço para discussão sobre orientação sexual, gênero e identidade de gênero (SIERRA; CÉSAR, 2014). Deve-se ter a compreensão de que a sociedade é plural, porém não justa, sendo dever do Estado e da instituição escolar dinamizar e oportunizar a construção de um espaço de igualdade. A escola deve ser um espaço que atenda a todas e todos, sem qualquer distinção, segregação ou preconceito, pois é na trajetória escolar que as pessoas ingressam na sociedade (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, as pessoas travestis e transexuais são as que sofrem no ambiente escolar por inúmeras razões, como, por exemplo: o uso do nome social nos registros de classe, o uso do banheiro, transfobia, piadas, brincadeiras, violência e discriminação (SANTOS, 2010). Isso acontece porque pessoas trans não correspondem ao padrão preestabelecido de sexo e gênero, fatores que colocam as pessoas travestis e transexuais fora do ambiente de ensino-aprendizagem, promovendo, em geral, exclusão, marginalização, drogradição, prostituição e o não acesso aos direitos civis mais básicos.

Assim o ambiente escolar deve promover o acesso e permanência das pessoas trans na educação básica e superior, com respeito à sua identidade de gênero, garantindo o ensino e a aprendizagem, bem como o acesso seguro aos banheiros correspondentes ao gênero da pessoa e o uso do nome social, evitando situações vexatórias e diminuindo seu contexto de vulnerabilidade (SANTOS, 2010).

De acordo com Sérgio Carrara (1996, p. 37),

(...) a superação das discriminações implica a elaboração de políticas públicas específicas e articuladas. Os exemplos relativos às mulheres, aos homossexuais masculinos e femininos, às populações negras e indígenas tiveram a intenção não apenas de explicitar que as práticas preconceituosas e discriminatórias – misoginia, homofobia e racismo – existem no interior da nossa sociedade [...].

Diante disso, nota-se que a coletividade, ou seja, os movimentos da sociedade civil organizada lutam por políticas públicas em que prevaleçam a igualdade de direitos, estes negados às minorias historicamente discriminadas no nosso país. As conquistas dos movimentos sociais organizados pelas próprias pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, vêm aos poucos sendo construídas a partir da demonstração de demandas, como o uso do nome social, a garantia do uso do banheiro conforme o gênero e outras medidas, mas infelizmente essas demandas têm sido, por conta da transfobia, da violência, discriminação, misoginia racismo e de todas as demais formas de exclusão social, negadas.

Sérgio Carrara (1996) afirma ainda que diversidade cultural é vital para um saudável dinamismo cultural, porém isso implica em uma série de fatores correlacionados à educação, pois vivemos em uma sociedade que tem como marca a exclusão das pessoas que *performam* a diferença, como, por exemplo, as pessoas trans.

A escola, por ser um espaço raiz da sociedade, como instituição, deve saber como lidar com a diversidade humana que lá se encontra, sendo assim é amplamente necessário que nos cursos de licenciaturas existam obrigatoriamente na grade curricular disciplinas que abordem relações de gênero e diversidade sexual (ALONSO; ZURBRIGGEN, 2014). As professoras e professores têm um papel fundamental na construção de uma escola e um processo de ensino-aprendizagem livre de preconceitos, pois são pessoas de referência para os/as estudantes, o que significa que, além dos conteúdos programáticos, a humanização no ensino também deve ser levada em consideração (REIDEL, 2013).

No caso das pessoas trans, por exemplo, o Estado, as secretarias de educação das três esferas governamentais e o MEC devem promover o acesso, a permanência e a efetivação da aprendizagem desde a educação básica até a educação superior, respeitando a identidade de gênero, bem como acesso seguro aos banheiros e o uso do nome social, evitando situações vexatórias e consecutivamente desconstruindo estereótipos e violências criados ao longo da história recente acerca das pessoas trans (BRASIL, 2014). Isso pode significar a inserção social das pessoas trans, de maneira digna, nos mais diversos setores da sociedade (mercado de trabalho, lazer, formação acadêmica etc.).

REFERÊNCIAS

ALONSO, Graciela B.; ZURBRIGGEN, Ruth. Transformando corporalidades: transbordando a normalidade pedagógica. **Educar em Revista**, n. 1, p. 53-69, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Documento final da CONAE**. Brasília, DF: MEC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder**: teorías sobre la sujeción. València, Espanha: Ediciones Cátedra, 2001.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Barcelona: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

CARRARA, Sérgio. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: PARKER, Richard G.; BARBOSA, Regina M. (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FARIA, Nalu. **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 34a. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In:_____(Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Auntêntica, 1999.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUZ, Nanci. CARVALHO, Marília. CASAGRANDE, Lindamir. **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e diversidade na escola. Curitiba: Editora UTFPR, 2009.

REIDEL, Marina. **Pedagogia do salto alto**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SIERRA, Jamil Cabral; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Governabilidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. **Educar em Revista**, n. 1, p. 35-51, 2014.

SIERRA, Jamil Cabral. **MARCOS DA VIDA VIÁVEL, MARCAS DA VIDA VIVÍVEL**. O Governo da Diversidade Sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. 2013.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a Teoria Queer**. Coleção Encontros Pós-Modernos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

AUTORXS



Andreia Laís Cantelli

Professora de História da rede estadual do Paraná, pesquisadora em educação, identidade de gênero e diversidade sexual. Presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE.

Curitiba - PR



Sayonara N. B. Nogueira

Professora de Geografia, Especialista em Coordenação Pedagógica de escolas e Atendimento Educacional Especializado, Técnica em Políticas Públicas de Gênero e Raça, Gestora Pública e Vice-presidente do IBTE.

Uberlândia – MG.



Júlia Jorge de Oliveira

Bacharela em Canto lírico, licenciada em Música, pós-graduada em Educação Musical e Educação Infantil. Professora de Canto e História da Música no Conservatório Estadual de Música Haidee França Americano. Secretária de Finanças do IBTE.

Juiz de Fora - MG.



Nicholas Lopes Tozo

Discente de Pedagogia. Atuando como Estagiário na Educação Infantil. Formando para Interprete de Libras. Secretário de Comunicação e Marketing do IBTE.

Muriae - MG



Fernanda Ribeiro Pereira

Licenciada em Artes Plásticas, professora de Artes no Estado de São Paulo, mestranda em Educação Sexual pela UNESP, Secretária Geral do IBTE.

São Joaquim da Barra - SP

AS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO:

A realidade dxs estudantes trans no Brasil

BRASIL

2019

observatoriotrans.org

ibteducacao@gmail.com

Realização:

IBTE



INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE
EDUCAÇÃO

Apoio:

